SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
17/11/2026 - 26ª - Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de novembro de 2026.

Declaro aberta esta audiência pública, a primeira audiência pública de uma série de audiências que esta Comissão de Assuntos Econômicos realizará para, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, aprofundar o debate sobre a implementação da reforma tributária do consumo e seus impactos sobre a economia brasileira, a arrecadação e a competitividade do país.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, no domingo, assisti estarrecido no programa Fantástico, da Rede Globo, a vida que leva em Miami um brasileiro apontado pelas autoridades como o maior sonegador de impostos do país. São apartamentos de frente para o mar avaliados em mais de R$43 milhões e uma garagem com Ferraris e Lamborghinis. Segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda, o grupo ligado a ele deve R$50,5 bilhões de impostos, mais do que, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, tudo que Alagoas arrecada em um ano. Ele está foragido, e caberá à Justiça brasileira julgá-lo.

Desliguei a televisão, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, com uma pergunta que trago hoje aqui a esta Comissão: quem de verdade sustenta uma vida como aquela? Seria parte da meritocracia que os *coaches* vendem nas redes sociais? A resposta está, sem dúvida, mais perto de nós. Quem sustenta aquela vida é a dona de casa que confere cada centavo no preço do supermercado, o motorista do aplicativo que roda 12 horas por dia, o entregador que atravessa a cidade faça sol ou faça chuva. Eles pagam imposto no arroz, no feijão, no botijão, na conta de luz e pagam em dia. Quando uma empresa, Srs. Senadores, cobra esse imposto no preço e fica com ele, o dinheiro sai do bolso da dona de casa e vai parar em Miami, como nessa história daquele brasileiro que apareceu no Fantástico no domingo. Por isso, no Brasil, os 10% de menor renda entregam cerca de 32% do que ganham em tributos, enquanto o 0,1% mais rico entrega em torno de 10%. É uma pirâmide de cabeça para baixo.

Na eleição deste ano, houve quem chamasse o Bolsa Família de "Bolsa Farelo" e a reforma tributária de "deforma". Eu pergunto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras: o que essa reforma deforma? Ela deforma justamente essa pirâmide e a coloca de pé.

A mudança começou pelo Imposto de Renda zero, como a lei que tive a honra de relatar aqui nesta Comissão e no Senado Federal, que isentou quem ganha até R$5 mil, reduziu o imposto de quem ganha até R$7.350 e criou um imposto mínimo para quem ganha acima de R$600 mil. Agora, a mudança chega ao consumo. Em 1º de janeiro, a CBS substitui o PIS e a Cofins e traz a cesta básica com imposto zero, o que pode deixar mais de R$70 por mês no orçamento das famílias.

Traz também o *cashback*, que é uma revolução. Milhões de brasileiros foram seduzidos pela promessa de dinheiro fácil nas *bets*, e encontraram o vício e o nome no Serasa, enquanto a banca ganhava. A partir de janeiro, existe um dinheiro que chega de verdade, sem aposta e sem banca, porque é o imposto que a família pagou voltando para as mãos dela. Toda família do Cadastro Único, com renda de até meio salário mínimo por pessoa, recebe de volta automaticamente toda a CBS da conta de luz, de água, de telefone e do botijão, além de parte do imposto das demais compras. São 27,7 milhões de famílias no país. Só em Alagoas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é cerca de meio milhão de famílias e perto de R $180 milhões por ano circulando no comércio local.

Junto com tudo isso, chega o *split payment*, que envia o imposto direto aos cofres públicos no momento da compra. Há quem romantize a sonegação como se fosse uma esperteza. Dizem que sonegar é tirar do Estado, mas o Estado somos nós e sonegar é meter a mão grande no bolso do trabalhador.

Até 15 de dezembro, o Senado fixará a alíquota da CBS. O Tribunal de Contas chegou a 11,3% como alíquota de referência, para arrecadar o mesmo que os tributos substituídos, protegendo a comida, os remédios, a saúde e a educação. O peso médio para o consumidor fica abaixo de 8,5%, e a alíquota será revista todo ano. Com o *split payment* recuperando o que hoje escapa pela sonegação, a tendência é que ela caia na sequência, e caia depressa. Cabe a nós legisladores lembrar que cada exceção que aprovamos aqui, neste Congresso Nacional, é paga por todo mundo.

Multiplicam-se os pedidos, Ministro, para adiamento da reforma. As preocupações legítimas foram ouvidas, e o Governo respondeu com orientação, antes de multa, e mais testes. Ajustes são bem-vindos, e a data precisa evidentemente ser mantida. E esse também é papel desta Comissão e do Senado Federal. São muitas vozes no mesmo megafone: para quem se beneficiou do sistema antigo, adiar é ganhar mais um ano; e, para o trabalhador, é esperar mais um ano.

O Governo que começa em 5 de janeiro terá a marca que vai atravessar gerações, a de um país onde quem tem menos paga menos.

Volto, Srs. Senadores, à pergunta de domingo: quem sustentou, por tanto tempo, uma vida como aquela de Miami foi o trabalhador brasileiro. A partir de janeiro, o imposto que ele paga chega inteiro aos cofres públicos e volta para ele como comida mais barata e dinheiro na conta.

Essa é a meritocracia que vale a pena defender. E, se isso é deformar, que fique registrado nesta Casa que essa reforma deforma verdadeiramente a injustiça e, por isso, ela precisa, incondicionalmente, entrar em vigor a partir do dia 1º de janeiro.

Já contamos aqui na mesa com as honrosas presenças do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Vital do Rêgo; do Sr. Ministro da Fazenda, Dario Durigan, e do Secretário Especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

Eu vou, pela ordem, conceder a palavra ao Secretário da Receita Federal.

Com a palavra o Secretário Robinson Barreirinhas.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) - Muito obrigado, Presidente.

Na verdade, o senhor já adiantou muitos pontos pelos quais estou aqui.

Na pessoa do Presidente Renan Calheiros, saúdo a todos os Senadores aqui presentes.

O Ministro Dario Durigan me pediu, Presidente, que eu fizesse uma breve e rápida apresentação sobre a situação atual da reforma tributária, tanto no aspecto normativo, regulamentar, quanto no aspecto de sistemas.

Se puderem colocar a apresentação, por favor... *(Pausa.)*

Para onde que aponto para mudar? Para cá? *(Pausa.)*

Pode passar para o próximo eslaide, por favor?

Pronto. *(Pausa.)*

O primeiro ponto que eu gostaria de destacar é que, para compreender bem a reforma tributária, não se deve comparar a alíquota, por exemplo, do PIS/Cofins nominal com a alíquota de referência.

Hoje, a tributação fica escondida no preço. Ela é obscura e onera o contribuinte sem que nem ele saiba o que está pagando.

Aqui, num exemplo muito simplificado da aquisição por um contribuinte de um motor elétrico, por exemplo, com um valor simbólico aqui de R$100, só para se compreender.

O preço desse motor é R$100, mas, na verdade, sem que o contribuinte saiba, ele está pagando R$90,75 pelo motor e mais R$9,25 de PIS/Cofins. Está lá embutido. Ele não sabe, não vem destacado na nota. E olhem que aqui é simplificado. Na verdade, ele está pagando menos ainda pelo motor, porque tem o ICMS também calculado por dentro. Muito simplificadamente, o preço, em termos de tributos federais, desse motor, na verdade é 9,75.

E depois ainda tem o IPI. O IPI do motor é 6,5. No final, o que é pago por esse motor é 106,50.

Com a reforma tributária, essa alíquota que está sendo discutida não vai incidir sobre 100. Ela vai incidir sobre o preço real, aquele preço que está escondido, do motor, que é R$90,75.

Na verdade, vai ser menos, repito, por que você vai tirar também o ICMS que está embutido aí.

Então, quando você fala de 11,3%, é sobre 90,75, o que dá R$10,25. Lembrando que, com a reforma, nós acabamos com o IPI, por isso que é a reforma da produtividade, do desenvolvimento. Vai sobrar apenas aquele IPI residual dos produtos que são fabricados na zona franca. No caso aqui desse fabricante de motor, ele deixa de pagar o IPI. Só por aí ele já vai pagar mais barato. Já há um incentivo para a redução do custo aqui desse industrial, porque ele vai pagar R$101.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Com toda a transparência, ele sabe quanto ele está pagando. Veja, não vai ter mais também, no final da transição, o ICMS por dentro. Ele vai também estar destacado por fora, de uma maneira muito, muito transparente. Então, na verdade, essa alíquota nominal de 11,3 é menos do que o IPI nominal de 9,25, que é calculado e escondido no preço.

E há também um adicional. Hoje, esse empresário que compra esse motor e vai revender ou fabricar alguma outra coisa com ele pode abater do tributo que ele vai pagar pouquíssimas coisas, só o PIS-Cofins relacionado aos seus insumos e parte do seu investimento, de uma maneira diferida. Agora, esse industrial, com a reforma tributária, abate 100% de tudo: conta de água, de luz, advogado, TI, desenvolvedor, contador. Tudo que entra, toda a entrada dele, ele vai pegar a CBS que foi paga pelo fornecedor e abater do valor, principalmente investimento. Ele não precisa mais esperar durante dez, vinte anos de amortização do imóvel para abater da base de cálculo. Se o empresário investir pesadamente na indústria, ele pode ficar meses ou até anos sem pagar a CBS, porque ele vai ter tanto crédito que ou ele vai pedir a restituição disso em dinheiro ou ele fica sem pagar o tributo. É uma reforma que incentiva muito.

Outra coisa. O Tribunal de Contas - saúdo aqui a Secretária-Geral Juliana, o Auditor Alessandro, que trabalharam conosco com sua equipe toda - calculou qual é o valor do *cashback* para a população já no ano que vem. No ano que vem, a população mais humilde, Presidente, do país vai receber R$10 bilhões. Aqui a gente não está falando que ela vai deixar de pagar por conta da isenção da cesta básica, é dinheiro no bolso da população mais humilde: R$10 bilhões. São R$10 bilhões que vão ser devolvidos em *cashback* ou nem vão ser cobrados na conta de celular, de água, luz, esgoto e gás. É o *cashback* aprovado aqui no Congresso Nacional. Falar em adiar em um ano a reforma é tirar do bolso dessa população mais humilde R$10 bilhões.

Outro ganho com a reforma - e o Presidente Renan falou bastante disso - é a questão da redução da evasão fiscal. Você acaba com as noteiras. O Tribunal de Contas também calculou... Eu coloquei R$50 bilhões, na verdade é a soma. O Auditor Alessandro me lembrou aqui que são R$40 bilhões que deixam de ser evadidos todos os anos por conta do *split payment* ou do RAD, sobre o qual nós vamos falar rapidamente. E para onde vai esse dinheiro? Para o bolso do empresário, porque quem paga o tributo hoje paga - como disse bem o Presidente Renan e, no final, é o consumidor que assume essa conta - por quem não paga tributo, por esses grandes devedores, que vão acabar. Se nós tivéssemos, Presidente, já a reforma hoje, nós não teríamos esses grandes devedores, porque eles não têm mais condição de fazer isso em termos de evadirem tributo. Esse valor, repito, volta para o empresário brasileiro.

O pessoal deu uma risadinha... O pessoal inventa outros métodos, é evidente, a gente tem que ir correndo atrás, mas esse tipo de evasão deixa de existir. Mas nós reconhecemos os receios de muita gente que tem levantado e falado: "Olha, será que a gente está pronto?". É natural, e nós esperávamos isso. Uma mudança desse tamanho no sistema tributário causa medo mesmo. Nós estamos fazendo uma grande reforma com a população morando dentro da casa. Isso causa transtornos mesmo, causa dificuldades, mas nós temos mapeado isso com o auxílio do Conselho Federal de Contabilidade. Saúdo o Presidente Joaquim Bezerra, que está aqui, que é um grande parceiro da Receita Federal e fez esse trabalho com a gente. O Presidente, Renan, é um amigo que critica a Receita Federal quando tem que criticar. Ele apontou para a gente: "Olhe, é preciso melhorar isso, isso e isso". Pegamos tudo que o Conselho Federal de Contabilidade apresentou e fizemos um diagnóstico dos desafios. E são quatro eixos de desafios: regulamentação, sistemas da Receita, sistema dos contribuintes e receio de erros e punições, que o Presidente Renan também mencionou.

De uma maneira muito transparente, o que falta da regulamentação? Nós devemos publicar, nesta semana, a segunda versão do regulamento da CBS. É um trabalho a muitas mãos, a Receita Federal depende da concordância de estados e municípios para qualquer mudança que seja feita. Isso já foi aprovado pelos estados e municípios via Comitê Gestor e será publicado nesta semana.

Normas complementares. Temos reuniões constantes com os estados e municípios. Dependemos também deles para publicação, mas temos uma pactuação em que normas que vão esclarecer esse regulamento saem publicadas até o início do mês que vem. Muitos falam de *layout* de documentos: "Mas eu não tenho *layout* para emissão de documento". Todos os *layouts* já foram publicados, com exceção de um único, que é o das plataformas digitais. E não foi publicado porque

nós estamos construindo com as empresas esse *layout*. Então, as empresas estão construindo conosco, já estão em testes em relação a esse *layout*. Também não vai ter problema em relação a isso.

Mas nada disso vai resolver 100% das dúvidas. Sempre vai haver dúvidas. Repito, nós estamos mudando a tributação de toda a economia brasileira. Para solucionar as dúvidas que virão, nós precisamos de um grande programa de conformidade, como foi mencionado, Presidente, que está sendo construído, repito, com os nossos parceiros, os profissionais de contabilidade. Nós vamos falar rapidamente também sobre isso.

Sistemas da Receita. Para que fique muito claro, o sistema base já está pronto e já está em teste desde janeiro deste ano. Nós já processamos mais de 35 bilhões de documentos fiscais neste ano, nos sistemas da Receita Federal. Eu repito, 35 bilhões já foram processados. Só no último mês, nos últimos 30 dias, 5 bilhões de documentos fiscais foram processados no sistema, nesse modo de teste aqui da Receita Federal, com um índice altíssimo de preenchimento do destaque da CBS, do novo tributo. É um destaque apenas de teste, mas mais de 70% desses documentos já são emitidos com a CBS. Então, as empresas também estão preparadas. Tem gente que não está preparada? Tem, mas não é certo dizer que ninguém está preparado. É o contrário. A maior parte dos documentos fiscais já estão sendo emitidos adequadamente.

Quais são os próximos passos? Esses são pontos críticos, nós reconhecemos, mas estamos muito tranquilos em enfrentá-los. Nós temos algo que se chama apuração assistida na reforma. Apuração assistida é igualzinho, de certa forma, à declaração do nosso Imposto de Renda pré-preenchida. Nós vamos acabar com um monte de declaração que os contribuintes têm. A obrigação no futuro do contribuinte vai ser emitir o documento fiscal. Emitiu, nós vamos já fornecer as declarações pré-preenchidas dele, que é exatamente a apuração assistida. O módulo de apuração assistida já está pronto. Ele está em teste em 500 empresas. Entre hoje e amanhã, nós já vamos abrir para 100% das empresas brasileiras. Então, 100% das empresas brasileiras, nos próximos dias, vão poder entrar e fazer testes também nesse módulo, entrar com o documento para ver se está preenchendo certinho. Está preenchendo, mas a gente quer dar essa segurança para o contribuinte verificar que a nossa pré-preenchida já está pronta.

E é muito importante o ajuste dessa pré-preenchida. Quando a gente vai fazer a nossa declaração de Imposto de Renda, às vezes a gente encontra algum erro. Você vai lá e corrige simplesmente. A correção também já está pronta. O módulo de correção está pronto. Mas o Conselho Federal de Contabilidade fez uma crítica para a gente: "Olhe, do jeito que está, o contador precisa entrar documento em documento para corrigir. Só que tem empresa que tem milhares de documentos. Para ele entrar documento por documento, vai demorar muito. Façam um módulo simplificado de ajuste". É esse módulo simplificado que nós estamos construindo e vamos soltar o piloto agora em dezembro.

Então, muita gente tem falado na imprensa: "Mas para corrigir a pré-preenchida não está pronta". Não é verdade, ela já está pronta, é que nós estamos construindo um módulo simplificado a pedido dos nossos parceiros da contabilidade, que só vai ser necessário lá em fevereiro, a primeira correção vai ser feita em fevereiro. Mas, atendendo ao pedido dos profissionais de contabilidade, nós vamos preparar um piloto e já combinamos com o Presidente Joaquim Bezerra de dar um treinamento para os contadores a partir desse mês de dezembro - e vamos continuar em janeiro e em fevereiro - para que os contadores, quando ligarem o sistema definitivo lá em fevereiro e fizerem a primeira correção na pré-preenchida deles, já estejam absolutamente treinados para isso. Então, estamos bem tranquilos.

Esse é um ponto importante. E por que ele é importante? Porque se tiver qualquer outro problema no sistema do empresário, ele vai corrigir aqui. Se o sistema dele ainda não está 100%, não está destacando corretamente, não tem problema, ele vai entrar na pré-preenchida e vai corrigir por ali de uma maneira muito simples. Então, esse aqui é, de fato, um ponto sensível, porque ele corrige eventuais outros problemas que o contribuinte tenha.

E nós, como eu disse, mapeamos quais são os contribuintes que podem ter alguma dificuldade. Nós temos 22 milhões de CNPJs ativos aqui no Brasil. Os MEIs vão ter zero problema, para o MEI não muda nada na vida dele, nós vamos ter uma ação de comunicação muito forte com o Sebrae para tranquilizar os MEIs. Na verdade, nós simplificamos a vida daquele nanoempreendedor, aquele que no ano faturar... aquele microempresário que faturar até R$55 mil, metade do limite do MEI, ou no caso de transportador de aplicativo, de motorista de aplicativo, aquele que faturar até R$220 mil, nem CNPJ, nem documento ele precisa emitir, isso também já foi aprovado. Então, de cara a gente já tira da frente 61% aqui.

Para o pessoal da microempresa, o microempresário, pequeno empresário, prestador de serviços, zero preocupação. Os documentos já estão estabelecidos há muito tempo, já estão sendo emitidos. Mas a gente sabe que tem 1,1 milhão de pequenos e microempresários que podem ter alguma dificuldade, porque é um modelo de documento fiscal que não é de prestação de serviço, é de venda de mercadoria, que é de responsabilidade dos 27 estados e do Distrito Federal. E esse *layout*, como ele teve que ser unificado, demorou um pouco mais - nós reconhecemos -, e é por isso que nós já adiamos, com a aprovação dos estados e municípios no Comitê Gestor, a exigência desse documento novo para esses microempresários só para março do ano que vem. Enquanto isso ele continua emitindo tranquilamente o documento atual, não vai ter problema nenhum em relação a isso.

Detectamos também 780 mil contribuintes que são basicamente do lucro presumido, que já estão emitindo os documentos, mas ainda não estão destacando corretamente a CBS ali. O que nós estamos fazendo? Nós estamos entrando em contato um por um, porque a Receita tem essa informação dos documentos que são emitidos e quem não destacou, e estamos também com a parceria com o Conselho Federal de Contabilidade para contatar esses contadores, para que eles orientem o contribuinte.

Veja a importância do profissional de contabilidade, Presidente, nessa transição. É ele que vai orientar diretamente o contribuinte, sempre com o apoio da Receita Federal. É uma mudança cultural que nós estamos implementando. Em vez de a gente aplicar a multa, notificar, não, a gente aponta: "Olha, contador, a tua empresa ainda está errando aqui. Por favor, oriente-o". Esse é o espírito da reforma tributária.

Profissionais liberais - também são um volume grande -, advogado, contador, médico, aquele que não abriu empresa e emite hoje aquele recibo no CPF dele, na reforma vai ser atribuído para ele no CNPJ com dois, três cliques ali no sistema, algo bastante tranquilo. Não muda, em vez de emitir o recibo ele vai emitir um documento fiscal. Não é um problema para o empresário, mas é um volume grande de pessoas. Então, nós precisamos também ter uma comunicação pesada com isso, que faremos também com o Conselho Federal de Contabilidade.

Sistemas dos contribuintes. Também analisamos quem está tendo dificuldade aqui, e, para quem está tendo dificuldade, nós adiamos.

Não há problema em adiar o documento novo para esses contribuintes que estão tendo alguma dificuldade de implementação. Por quê? Porque o contador dele vai estar preparado. Ele vai emitir o documento atual e, se necessário, fazer o ajuste na apuração assistida. Por isso, repito que aquele ajuste na pré-preenchida é tão importante agora, neste momento de transição.

Em termos de volume, eu chamo atenção para a NFE do Simples Nacional, que são aqueles 1,100 milhão contribuintes que precisam emitir documento de venda. Então, para esses, nós adiamos para março, como eu disse, essa documentação, e vamos fazer todo esse trabalho de orientação para que eles façam isso.

Nós reconhecemos que o pessoal de incorporação imobiliária teve uma mudança muito grande. Conversamos bastante com eles. É uma mudança estrutural para eles, mas a boa notícia é que eles jamais pedem o adiamento, porque o sistema novo é muito melhor, tanto que a lei aprovada permite que o incorporador se mantenha na situação atual por dois anos, se ele quiser, pagando por aquele regime especial de tributação (RET). Se ele está com receio, ele continua igual e paga sobre o faturamento. Mas eles querem migrar e, para migrar, há uma mudança grande de documentação. E é por isso que nós também adiamos para março e estamos em contato com eles. Não é um volume tão grande de contribuinte, mas é um setor importantíssimo para a economia. Por isso, portanto, está aqui nas nossas observações.

E, finalmente, Presidente - talvez essa seja a dúvida maior com que as pessoas chegam: "Está bom, está mudando tudo isso, mas é muita mudança. E se eu errar?". O que nós estamos defendendo para estados e municípios fazerem junto com a Receita Federal? A Receita fará isso, mas nós estamos investindo em convencimento aos estados e municípios para que a gente faça isso nacionalmente.

Se o contribuinte agiu de boa-fé, ele não vai ser punido. Olha, a gente ainda está discutindo. É uma mudança tão grande... Se o contribuinte agiu de boa-fé, ele não escondeu nenhuma informação do Fisco e, lá na frente, o Comitê Gestor ou a Receita diga: "Olha, pensando bem, essa declaração tem que ser feita desse jeito, essa nota tem que ser preenchida daquele jeito". Eu tenho que orientar o contribuinte dali para a frente, mas eu não posso punir ele em relação ao passado.

Mais uma vez, o papel essencial do profissional de contabilidade aqui, porque, se ele seguir as orientações do Conselho Federal de Contabilidade, a Receita vai entender que ele está de boa-fé. Então, veja que, mais uma vez, nós estamos com uma parceria muito grande com as empresas e com o profissional de contabilidade para reconhecer isso, que, no nosso entendimento, no entendimento do Ministro Dario Durigan, e nosso da Receita Federal, tem que ser a regra para tudo, na verdade. Se o contribuinte agiu de boa-fé, ele não quis evadir, se ele não teve intenção de prejudicar a arrecadação, ele não deve ser punido, ele deve ser orientado. Então, esse é o cerne do Programa de Conformidade.

Amanhã, Presidente, nós temos mais uma reunião com o Comitê Gestor do IBS, porque tudo o que eu faço eu preciso fazer em ato conjunto. Idealmente a gente tem que fazer assim. Mas nós já reconhecemos que, caso os estados e o Distrito Federal tenham dificuldade de embarcarem, neste momento, no programa, a Receita Federal pode fazer isso, para fins da tributação federal. E nós já nos comprometemos com os profissionais de contabilidade e com as empresas que faremos isso.

Então, veja, em linhas gerais, é isso, Presidente.

Nós temos aqui só um ponto também agora de atenção para a comunicação que nós faremos. Também é um projeto construído com o CFC, com o Sebrae. Nós sabemos que os profissionais de contabilidade precisam ter mais treinamento no RAD. O que é o RAD? É uma sistemática opcional em relação ao *split payment*. O *split payment* é opcional no ano

que vem, não é obrigatório. Mas, se o empresário quiser garantir que ele vai ter o credenciamento dele, ele pode fazer esse recolhimento em parceria com o fornecedor. Nós faremos todo um treinamento em relação a isso.

Como eu disse, micro e pequenas empresas são muitas empresas. Apesar de, para a maior parte delas, não haver modificações importantes, é obrigação nossa orientá-las. E faremos essa orientação também para os profissionais liberais e também para os condomínios, que, em algumas situações, vão precisar emitir documento. É como aquele condomínio, por exemplo, que aluga e tem uma receita alta em relação a aluguel.

É isso, Presidente, de maneira muito breve, o panorama, que nos dá tranquilidade em relação a essa transição. Não que ela não dependa de trabalho e orientação; pelo contrário, depende, mas todos os riscos, todos os desafios estão mapeados, e nós temos planos para enfrentá-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Muito obrigado, Secretário Barreirinhas.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Vital do Rêgo.

Eu queria, Ministro, só dizer que os cálculos apresentados pelo Tribunal de Contas da União que resultaram numa alíquota referencial representam para o Senado Federal e para esta Comissão especificamente uma contribuição relevante, relevantíssima para o debate e para a decisão final desta Comissão de Assuntos Econômicos e do Senado Federal.

Com a palavra o Presidente do Tribunal de Contas da União.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (Para expor.) - Muito obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Eu gostaria de saudar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, queridos amigos com quem eu tenho a honra de privar, com suas amizades, há longo tempo. Voltar ao Senado é voltar à minha casa.

V. Exa., companheiro e queridíssimo amigo, trouxe nas suas palavras iniciais o sentimento da sociedade brasileira menos favorecida, mais desamparada e injustiçada pelo atual Sistema Tributário Nacional. Eu queria saudá-lo.

Queria também saudar o Senador Eduardo Braga, cuja equipe técnica está aqui, pela contribuição inexcedível que ele teve ao longo desta reforma. Já estamos alinhados com o Senador Eduardo Braga na construção e na formação de um conceito próprio ao Relator, para que ele possa defender as suas ideias a partir das nossas informações técnicas.

Eu queria dizer ao Secretário da Receita Federal, Dr. Robinson Barreirinhas, o quanto foi boa e produtiva a nossa parceria, a parceria entre a Receita Federal e o Tribunal de Contas, para que, ao longo de oito meses de reuniões, em momentos delicados da vida nacional, essas informações, que foram construídas ao longo do tempo, chegando a um denominador comum entre a Receita e o TCU, pudessem estar bem guardadas para que vazamentos próximos da disputa eleitoral não pudessem prejudicar o pleito tão importante para o Brasil.

Agradeço o trabalho do Conselho Federal de Contabilidade - Joaquim está aqui, nosso Presidente, ele também nos ajudou muito.

Finalmente, quero dizer ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e hoje Ministro da Fazenda, Dario Durigan, que foi o grande pivô ideológico desse processo, junto com o Ministro Haddad inicialmente, na construção da ideia inicial... E, na condição de Ministro, envidou todos os esforços para que hoje pudéssemos estar aqui nós três: Barreirinhas falando sobre a metodologia da reforma da Contribuição sobre Bens e Serviços, da contribuição de consumo; nós do TCU vamos dizer aos Srs. Senadores e Senadoras como nós chegamos a esse cálculo; e o Ministro da Fazenda vai falar politicamente, nessa condição, como está o arcabouço dessa nova reforma tributária.

Para cumprir essa missão, mobilizamos nossas equipes técnicas em um trabalho conduzido com rigor, independência e responsabilidade. Também adotamos cuidados especiais com a confidencialidade das informações diante da sensibilidade do tema, especialmente em um ano eleitoral, como já pude falar aos senhores. Nosso compromisso desde o início foi um só: cumprir a lei e apresentar à sociedade um resultado tecnicamente fundamentado. E gostaria de explicar, de maneira simples, o que o tribunal fez.

A reforma tributária estabeleceu um princípio fundamental: a equivalência da arrecadação. Em outras palavras, a transição para um novo sistema deve preservar, em termos agregados, a arrecadação dos tributos que serão substituídos. Para isso, a legislação estabeleceu uma metodologia que considera diferentes períodos históricos: de um lado, a média da arrecadação dos tributos antigos ao PIB entre 2012 e 2022 - esse número chegou a 4,99% -; do outro lado, a estimativa de quanto seria arrecadado com a CBS, utilizando os dados de 2023 e 2024. A metodologia previa originalmente os anos de 2024 e 2025,

mas os dados de 2024 não estavam ainda consolidados. Por isso, foi ajustado, em entendimento com a Receita Federal, sem prejuízo técnico, já que a própria Lei Complementar 214, que foi a bússola, a nossa bíblia, podia permitir.

O objetivo foi encontrar uma alíquota que preservasse o nível de arrecadação estabelecido pela legislação. E é nesse ponto que eu gostaria de esclarecer uma questão que tem aparecido com frequência no debate político: por que a alíquota da CBS chegou a 11,3%, quando algumas estimativas anteriores apontavam para algo próximo de 9%?

Ouvimos muito essa pergunta na mídia, e a resposta é relativamente simples. Aquelas estimativas foram - as lá detrás - elaboradas quando a reforma ainda estava em discussão. Naquele momento, as regras eram diferentes daquelas que acabaram sendo aprovadas na lei complementar. O texto final da legislação trouxe isenções, reduções de alíquotas, regimes específicos e outros tratamentos diferenciados que influenciam diretamente o resultado do cálculo.

O TCU não criou as regras, o TCU não decidiu se alguns setores teriam benefícios ou tratamentos diferenciados. Essas escolhas foram feitas no processo legislativo.

Quando o Congresso aprova um tratamento tributário favorecido, essa decisão afeta a alíquota necessária para preservar a arrecadação total. Por isso, não é adequado comparar estimativas durante uma tramitação de uma reforma com o resultado obtido a partir da legislação efetivamente aprovada sem considerar as diferenças entre suas premissas.

O importante é estabelecer também, além de esclarecer, que o Tribunal não avaliou quanto cada setor da economia ganhará ou perderá com a reforma, nem se determinados benefícios poderiam ser concedidos ou não. Essas questões não fazem parte da missão que recebemos.

Outro ponto importante é distinguir a alíquota de referência da alíquota padrão. O TCU realizou um cálculo da alíquota de referência, como bem disse o Sr. Presidente, que cabe agora ao Senado fixar. A última palavra é do Senado Federal.

A legislação também permite que a União estabeleça por lei uma alíquota padrão diferente dessa da referência. Portanto, o resultado de 11,3% não representa uma decisão do TCU sobre quanto o contribuinte deverá pagar, mas um parâmetro calculado conforme as regras estabelecidas pelo Congresso Nacional, pelos Srs. Senadores e Senadoras.

Também quero destacar que essa alíquota não é a previsão de quanto o Governo arrecadará em 2027. A arrecadação de 2027 dependerá de fatores como o crescimento da economia, o consumo, o comportamento dos contribuintes. O cálculo tem finalidade de orientar a transição tributária, e não de substituir as estimativas do Orçamento.

Quero abordar ainda dois aspectos, de forma objetiva, que merecem esclarecimento.

O primeiro é o Imposto Seletivo. Como a norma que definia integralmente sua cobrança ainda não havia sido editada, utilizamos a estimativa oficial, encaminhada pela Receita Federal, consoante o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027, conforme os parâmetros legais.

O segundo é o chamado *tax gap*, que representa a diferença entre o que poderia ser arrecadado, se as obrigações tributárias fossem integralmente cumpridas, e aquilo que efetivamente é arrecadado. Essa frustração chama-se *tax gap*. A reforma tributária traz a expectativa de melhorar a eficiência da arrecadação. Por isso, o cálculo considerou uma redução de 29,3% do *tax gap* com base em estudos da Receita Federal e do Tribunal de Contas.

Alguém falou na imprensa sobre 21% e 15%. Os 29% são exatamente a diferença entre 21,3% e 15%, que projeta a Receita Federal. Então, daí dá os 29,3% de *tax gap*.

É importante destacar que essa é uma premissa de cálculo, e não uma garantia de que a arrecadação futura terá exatamente esse comportamento.

Quero reafirmar que a metodologia utilizada é consistente, está fundamentada em dados disponíveis e não apresentou nenhuma fragilidade que comprometesse o cálculo. Naturalmente, isso não significa que ela não possa ser aperfeiçoada por esta Casa. À medida que a CBS entrar em funcionamento ano a ano e tivermos dados reais de arrecadação e de comportamento dos contribuintes, será possível calibrar cada vez melhor as estimativas.

Esta é, inclusive, uma característica importante do modelo estabelecido pela reforma: ela prevê revisões periódicas das alíquotas de referência.

Antes de encerrar, gostaria de destacar um outro tema sobre o qual V. Exas. e o Sr. Presidente têm falado muito neste Congresso Nacional: os gastos tributários.

Estamos falando de valores extremamente expressivos, Senador Renan Calheiros. Somente em 2026, os gastos tributários federais estão estimados em aproximadamente, Ministra Tereza, Senadora Tereza, em R$612 bilhões, equivalentes a 4,4% da arrecadação.

A média, de 2012 para 2021... Foi uma arrecadação média de 4,99% do PIB, e nós estamos falando de 4,4% do PIB só com gastos tributários! É quase tudo que o país arrecada por ano. Vejam os senhores a gravidade desse problema, que somente os senhores podem resolver, junto com a União.

O TCU tem identificado problemas importantes na gestão dos benefícios tributários. Muitos desses benefícios, senhores, não são avaliados regularmente para saber se estão realmente trazendo resultados para a sociedade. O que é que esses benefícios, Alessandro, podem trazer de resultados à sociedade?

O TCU tem... Estamos falando de bilhões de reais em recursos públicos que deixam de ser arrecadados, sem que haja, em muitos casos, uma avaliação adequada dos resultados alcançados. É fundamental que esses benefícios sejam acompanhados com transparência e responsabilidade, para que possamos saber se estão, de fato, cumprindo a sua finalidade.

Nossas áreas técnicas estão desenvolvendo um novo estudo sobre o tema, que permitirá atualizar - como fazemos ano a ano, por ocasião da prestação das contas da Presidência da República - essas informações e avaliar os avanços ocorridos desde o ano passado, especialmente em relação às fragilidades, Esperidião, anteriormente identificadas.

Em breve, teremos um diagnóstico atualizado, Laércio, para compartilhar com este Congresso Nacional, mostrando o que melhorou e quais desafios precisam ainda ser enfrentados.

Senhoras e senhores, o Tribunal de Contas da União continuará exercendo seu papel com independência, responsabilidade e rigor técnico. Nossa missão não é substituir escolhas do Congresso Nacional ou do Poder Executivo, mas contribuir para que sejam implantadas com transparência, segurança jurídica e respeito à legislação.

Finalmente, o TCU não escolheu a alíquota que gostaria de encontrar. O tribunal cumpriu a responsabilidade que a lei lhe atribuiu, examinando os dados, aplicando a metodologia aprovada e realizando o cálculo conforme as regras da reforma tributária. Esse é o nosso compromisso, que reafirmamos perante o Congresso Nacional e a sociedade brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Agradecemos ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Vital do Rêgo.

Eu queria, mais uma vez, informar que esta é a primeira audiência pública. Amanhã, às 12h, realizaremos uma segunda audiência pública e pretendemos fazer, durante a semana, três audiências públicas, de modo a ampliar o debate, trazer setores para participar dessa discussão.

Já temos inscritos o Senador Izalci, a Senadora Damares, o Senador Jaime Bagattoli, o Esperidião Amin, o Alessandro Vieira, o Renan Filho, a Leany Lemos, o Rogério Carvalho e a Tereza Cristina.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Com a palavra V. Exa.

O SR. DARIO CARNEVALLI DURIGAN (Para expor.) - Obrigado, Presidente Renan. Queria cumprimentá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar todas as Senadoras e os Senadores aqui presentes; cumprimentar o meu colega, parceiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo; queria cumprimentar o Secretário Especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas. Obrigado pela sua apresentação e por todo o trabalho que tem feito conosco nesses últimos anos.

Senhoras e senhores, é importante destacar, no momento que a gente vive, um pouquinho antes de entrar nos temas específicos da reforma tributária, o único caminho possível que nós temos à frente de construir um país que seja um país mais justo, um país mais coeso e um país que olhe para os empresários, para o setor produtivo - que é um aspecto que eu preciso ressaltar na minha fala sobre reforma tributária -, mas que também olhe para o aspecto social e para alguns ganhos de progressividade que nesses quatro anos desse mandato do Presidente Lula nós obtivemos e são relevantíssimos que a gente mantenha na nossa legislação e no nosso sistema tributário.

Então, eu digo: o caminho de equilibrar as contas públicas, buscando reduzir privilégio e aumentar oportunidades para a população brasileira, é o único caminho que nós temos à frente. E, para isso, a gente foi revisitando, Presidente Vital do Rêgo, e, durante esses quatro anos, o tema do gasto tributário foi colocado na pauta nacional. O tema foi resolvido? Não, nós precisamos seguir tratando.

Eu vou elencar algumas coisas, Senador Esperidião Amin, para que a gente tenha presente o que foi feito em termos de revisão de gasto tributário. Este ano, ano de 2026, ano de eleição, excluídos os benefícios constitucionais, em acordo com Câmara e Senado, nós fizemos uma revisão linear de 10% nos benefícios tributários infraconstitucionais. Isso envolve um universo de mais de R$200 bilhões de benefícios tributários que foram revistos e estão sendo revistos este ano - não sem muita reclamação, não sem muita reclamação. Quem é Ministro da Fazenda do país sabe o *lobby*, sabe que quem tem

isenção de Imposto de Renda de R$5 mil não vem a Brasília fazer *lobby*, mas uma série de outros setores vêm e passaram o ano defendendo a manutenção de privilégio e benefício tributário.

Mas, antes deste ano de 2026, nós revisitamos uma série de benefícios fiscais do país. Fundo fechado e fundo em paraíso fiscal sempre tiveram isenção de Imposto de Renda. No nosso Governo, não. Agora, como toda a população sabe que, quando investe no fundo de investimento, paga pelo menos 15% de Imposto de Renda, tem come-cotas, tem previsibilidade, também aquele mais rico, que tem um patrimônio blindado num fundo fechado no paraíso fiscal, paga o mínimo. E isso desagradou muita gente, acreditem. Agora, esse benefício foi revisto.

A discussão sobre desoneração da folha, que eu acho correta e que deveríamos fazê-la para o setor produtivo como um todo, foi revista para alguns específicos setores, que estavam gerando uma distorção, e nós revisitamos isso com o Congresso Nacional, com o Supremo Tribunal Federal. E, se a gente for discutir, que discutamos para a economia como um todo, não para alguns setores específicos, como já vencemos e fizemos nessa revisão.

O programa que incentivava eventos, hotéis, o Perse: mais uma vez, foi da pandemia, teve a sua razão de ser no tempo; depois a gente viu que começou a ter uma série de distorções, e foi revisto, não sem muita dificuldade, não sem muito acordo, sem transição para que houvesse um desmame, uma previsibilidade para os setores. Foi revisto. Eu não vou elencar aqui todos.

A subvenção de ICMS, que acabava tirando, por decisão de Governadores e assembleias legislativas, sem o crivo do Congresso Nacional, arrecadação tributária federal, sem que houvesse subvenção de investimento, mas uma mera subvenção de custeio, foi revista em 2023. Eu não vou passar, porque seria um longo caminho de revisão tributária que foi feito. E repito, não se encerrou; é preciso que a gente volte à mesa e siga fazendo esse trabalho.

A mesma coisa com a revisão de gasto primário. Veja, aqui não há caminho mágico a ser resolvido. Não há posto Ipiranga e não há licença para gasto indiscriminado do lado do Congresso, do Judiciário e do Governo Federal. Nós temos que ter disciplina fiscal. Nós recebemos um orçamento que tinha R$189 bilhões de déficit primário e estamos entregando um pequeno superávit. O mercado financeiro acha suficiente? Não acha, mas é o superávit construído na democracia, à luz do dia, enfrentando os privilégios, fazendo os cortes de gasto primário necessários. E é esse o único caminho que o país tem pela frente para organizar as contas com justiça, democracia e transparência.

Então eu reitero esse compromisso, que é meu, foi do ex-Ministro Fernando Haddad, é do Governo Lula e seguirá sendo o compromisso de atingir os superávits primários previstos na lei de diretrizes orçamentárias encaminhada por este Governo em abril deste ano de 2026, em que nós não projetamos um superávit ilusório para 2027. Não, a gente promete um resultado gradual, que vai vir, de novo, em razão de muito trabalho, de muita discussão com as Sras. e os Srs. Senadores e que vai apresentar um ganho para 2027, um superávit, conta no azul, e crescente a partir de 2028. Então, o primeiro superávit em 2027, com aumento em 2028, aumento em 2029, aumento em 2030, de modo que a gente persiga, com disciplina fiscal, os melhores resultados para o país.

E nisso - permita-me só essa primeira introdução, Presidente Renan, dado o contexto em que nós vivemos - a reforma tributária tem um papel fundamental. Eu vou destacar três ganhos inéditos no país que a reforma tributária vai nos trazer, e nem sempre isso é lembrado como antecedente necessário nesse debate da reforma tributária.

Como eu estava falando de responsabilidade fiscal, o primeiro ganho que eu vou destacar é o ganho da boa prática fiscal. O que eu quero dizer com isso? Eu também vou dar um exemplo. No primeiro semestre deste ano, apareceu um debate aqui no Congresso Nacional de uma PEC que ampliava imunidade para entidades ligadas a entidades religiosas. E o que eu disse? Eu disse: "Sempre a decisão soberana é do Congresso". Sempre a decisão soberana é do Congresso, e, como bom democrata...

Cumprimento o Senador Eduardo Braga. Tudo bem, Senador? *(Pausa.)*

O que nós trouxemos para o debate ali, então, quando se propunha ampliar a imunidade para essas entidades ligadas a entidades religiosas? Veja que hoje já existe uma imunidade para renda e patrimônio, então, quanto a entidades religiosas, entidades vinculadas, como de apoio a pessoas carentes, por exemplo, orfanatos, já existe hoje imunidade para renda e patrimônio. O que se pleiteava, então? "Veja, vamos ampliar essa imunidade para os tributos de consumo." Então, se comprar um saco de cimento, se comprar um microfone, se comprar... Tem que isentar também do ICMS. Se tiver uma aquisição de serviço, como contratar um advogado, um contador, tem que isentar do ISS municipal.

Veja, nós, no Ministério da Fazenda, até propusemos alternativas, mas fomos explícitos, dizendo o seguinte: já aproveitando a boa prática da reforma tributária, vamos deixar claro qual é a decisão conglobante, porque não adianta a gente querer, falando, dialogando com um setor, não apresentar a conta para o país. Então, o que a gente mostrou? Ao

isentar, ao criar uma nova imunidade para os tributos de consumo, estendendo, ampliando a renúncia fiscal para esse caso, a população, os outros setores do país, a população que consome vai pagar 1% a mais de IVA, de CBS mais IBS.

Então, o que nós introduzimos naquele debate no primeiro semestre deste ano e que é o debate daqui para a frente? Quando for pautada uma renúncia fiscal, a conta vai ser apresentada de plano. Então, vamos isentar de CBS ou vamos criar um benefício fiscal para um determinado setor? Pois bem, a decisão vai ser: esse setor vai ganhar um benefício de alguns bilhões e os demais setores da sociedade e a população como um todo vai ser impactada em 0,5%, 0,8%, 1% no IVA. Porque aí a decisão vai ser inteira: nós vamos tirar o tributo de um determinado setor e, dinamicamente, ao mesmo tempo, na mesma decisão, haverá o aumento do CBS e do IBS para o país como um todo. Aí sim, nós vamos discutir qual é o ônus, porque muitas vezes, como Ministro da Fazenda, eu digo: "Veja, mas isso vai encarecer outros setores, vai onerar desproporcionalmente outros setores ou vai trazer aumento de juros, aumento de inflação, o que é indiretamente o ônus que é repassado para a sociedade".

A reforma tributária traz esse primeiro ganho, que é para o país. Qualquer discussão sobre renúncia fiscal vai impactar diretamente os demais setores da sociedade, trazendo a discussão de responsabilidade fiscal para todos os âmbitos. E ressalto aqui, Senador Esperidião Amin: também para o Judiciário. As decisões do Judiciário... Como teve aqui, nós tivemos decisão... Logo após a promulgação da emenda constitucional e das leis complementares, o Supremo Tribunal Federal já julgou ampliação das isenções do CBS e do IBS, e isso impacta a alíquota que está sendo discutida aqui.

Veja, não há mágica na economia. Nós vamos ter que ser responsáveis todos, inclusive o Supremo, inclusive o Judiciário, porque a conta vai vir. E a reforma tributária traz esse primeiro ganho para o país, que é um ganho de boa prática fiscal.

O segundo ganho. Aqui o Presidente Renan Calheiros falou, o Barreirinhas disse, o Presidente Vital do Rêgo também trouxe: o importante ganho de justiça social, justiça tributária. A nossa tributação de consumo... Para vocês terem uma ideia - eu discutia com o Presidente Lula durante a eleição -, a Carta aos Brasileiros de 2002, do Presidente, menciona mais de cinco vezes a necessidade de uma reforma tributária que seja justa com o consumidor, com a população, e desonere o exportador, no momento em que se discutiam muito o câmbio e incentivos à exportação. Então, a Carta aos Brasileiros de 2002 falava da necessidade de uma reforma tributária. Em 2026, a gente chega no debate presidencial discutindo a reforma tributária aprovada por este Congresso Nacional. E aqui eu vou dizer que o segundo ganho é o ganho de produtividade da economia nacional. Isso é fundamental que a gente discuta aqui, para além do ganho de justiça social e justiça tributária, que eu menciono.

Eu vi, o Presidente do Banco Central disse: "Não, nós precisamos discutir ganho de produtividade". Outras pessoas têm dito isto: "Precisamos discutir ganho de eficiência". No debate eleitoral apareceu isso. O maior ganho de produtividade adotado no país, nos últimos 40 anos... Eu vou repetir: o maior ganho de produtividade e eficiência econômica adotado no país, nos últimos 40 anos, é a reforma tributária do consumo, aprovada por este Congresso Nacional.

A nossa tributação hoje é a pior tributação do mundo, gente. Eu não me conformo, como Secretário-Executivo... E negociei com o Senador Eduardo Braga, com o Deputado Aguinaldo Ribeiro, na Câmara dos Deputados. Eu não me conformo passar pelo Ministério da Fazenda sem tocar nesse vespeiro. E quem critica a reforma tributária tem que entender que nós estamos saindo do pior cenário tributário do mundo. É caótica a legislação tributária nacional, e eu digo isso porque eu discuto a legislação tributária todos os dias neste país. Todos os dias tem discussão de reforma tributária na minha mesa, de tributação de consumo.

E o que nós fizemos... Eu digo nós, o país, eu não estou aqui sendo sectário em nenhuma medida. O país tomou a decisão, que inclusive foi apresentada neste Congresso antes da posse do Presidente Lula em 2023. As emendas constitucionais de autoria do Congresso Nacional foram apresentadas antes de 2023. E o reconhecimento do Ministro Fernando Haddad, ao criar uma secretaria extraordinária, foi olhar para isso. É injustificado que um país como o Brasil, que está entre as dez maiores economias do mundo... Em toda viagem que o Presidente Lula faz e que eu acompanho, o Brasil é visto como uma grande potência econômica do mundo. É injustificado que nós tenhamos um sistema tributário vergonhoso como nós temos hoje. Nós não podemos defender o atraso.

É difícil avançar? Sem dúvida é difícil. Nós estamos falando em acabar com tributação de serviço, o Imposto sobre Serviços (ISS), em mais de 5 mil municípios. Nós estamos falando em uniformizar uma legislação de ICMS que existe diferente em 27 estados da Federação - e sempre foi assim. Nós estamos falando em acabar com cinco tributos, três deles federais, que geram uma enormidade de contencioso no país. O PIS e a Cofins o que geram de contencioso, o que tomam de tempo do Congresso Nacional, do Ministério da Fazenda, do Supremo Tribunal Federal, do STJ, dos TRFs é uma insanidade. Nós precisamos - eu conclamo, nós precisamos - avançar, precisamos dar um passo à frente. É difícil? É, mas nós temos que ter homens e mulheres com hombridade de assumir essa responsabilidade, construir os sistemas, criar programas de conformidade, invertendo uma lógica que o Barreirinhas comentou e eu queria reforçar.

Nós não podemos ter essa cisão entre o contribuinte e a administração tributária. Existe uma regra, e a regra tem que ser cumprida. Este país é um país que precisa ser o país do cumprimento da lei. O império da lei tem que prevalecer no país. Então, tem uma lei, a Receita Federal tem que orientar antes de sair multando, antes de lavrar auto de infração, aumentando em 100% multa de ofício. E o que a gente tem pedido aos empresários é boa-fé. Use o seu contador. O CFC, o Conselho Federal de Contabilidade, para acompanhar conosco todos os passos, os estados e municípios, independentemente da coloração partidária. Eu sou testemunha, tenho construído isso com os estados e municípios há mais de ano.

O Presidente do Comitê Gestor do IBS, o Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, o Secretário Flávio, tem acompanhado conosco. O Flávio representa um estado da Federação que não necessariamente está alinhado ideologicamente com o Governo Federal, mas um estado com o qual temos muito boa relação, Senadora Tereza.

Eu visitei o Mato Grosso do Sul, logo antes do primeiro turno da eleição, falamos de reforma tributária. Os estados e municípios estão acompanhando esse processo conosco. O Sebrae acompanha esse processo conosco. Nós estamos fazendo o possível para fazer as transições, não afetar o fluxo de caixa. Se for preciso vir ao Congresso Nacional, não tenho dificuldade nenhuma de falar com o Senador Davi Alcolumbre, com o Senador Renan, com o Senador Eduardo Braga, e dizer: olha, nós vamos fazer aqui juntos um apoio às empresas para a transição. Nós não queremos prejudicar empresa nenhuma, ao contrário. A reforma tributária tem esse objetivo, esse ganho, que é melhorar a produtividade da economia brasileira. Eu vou repetir, é o maior ganho de produtividade da economia dos últimos 40 anos.

E o terceiro ganho é um ganho de progressividade da tributação brasileira, que nós não tínhamos até então no país. Quem ganha pouco no Brasil paga mais; e quem ganha muito paga menos. É assim, a regra do Brasil é essa.

Nós vamos revolucionar com a reforma tributária? Não, vai seguir saindo injusto, mas nós damos um passo à frente no sentido da justiça social. Nós ganhamos progressividade com a reforma tributária. Então, comida no país não tem mais tributo. Comida, cesta básica não tem tributo. E o agro é o maior favorecido por isso, porque quem vende comida é o agronegócio no país ou a agricultura familiar, é o setor primário do país que vai ser muito favorecido, porque não tem tributo, inclusive na carne, não tem tributo.

Quem ganha menos, quem é do CadÚnico, quem tem menos, vai ter *cashback*, 10 bilhões já previstos para o ano que vem, Barreirinhas e o Tribunal de Contas validaram. Aqui disseram publicamente que tem 10 bilhões de *cashback* para quem é menos favorecido - conta de celular, conta de luz, conta de água para o menos favorecido, tem isenção de imposto federal na conta.

Item de cuidado de menstruação para as mulheres, zero; lista de cuidados na saúde, medicamento para pressão, medicamento cardiovascular, medicamento para câncer, zero de tributo; vacina, zero de tributo; gasto com educação, 60% de redução; uma série de setores, eu vou citar a construção civil - com a qual eu tenho tido um diálogo importante -, com redução de tributação. Então, o ganho de progressividade é fundamental que a gente atente.

Aí eu vou entrar, eu estava falando da construção civil, no tema da alíquota, e aí eu já encaminho aqui para a minha parte final, Presidente Renan, pedindo a sua licença.

A alíquota máxima é de 11,3%. A gente fala de alíquota de referência, são os termos técnicos, é alíquota máxima. Quem não tem redução, quem não tem isenção, quem não tem benefício, quem não está em regime especial vai pagar 11,3%, isso com... O Barreirinhas me passou uma lista enorme aqui de outros benefícios: hotel, restaurante, menos 40%; locação, 70%; arte, cultura, imprensa, 60%; educação, esporte, 60% de redução; profissional liberal, 30% de redução. Ninguém desses aqui vai pagar 11,3%. Vamos atentar para isso. Então, 11,3% é alíquota máxima. Quem tem qualquer regime diferenciado, qualquer redução vai pagar menos. E as pessoas mais pobres vão pagar zero. A média, a alíquota média é de 8,5% - 8,5% -, abaixo do que se esperava quando se discutia: 9,5%.

O ex-Ministro da Economia do Governo Bolsonaro apresentou um projeto de lei da CBS, está protocolado, isso é um fato. A alíquota prevista era de 12% de CBS.

Então veja: eu estou aqui dizendo que está tudo dentro de uma metodologia pactuada e construída que está colocada à luz do dia. Nós estamos discutindo.

O Congresso Nacional apresentou, só para dar um histórico do que nós estamos falando em termos de trabalho e construção democrática institucional... As emendas constitucionais foram apresentadas no Congresso antes de o Presidente Lula tomar posse em 2023. Nós constituímos uma secretaria extraordinária sabendo da dificuldade da Receita de cuidar dos assuntos do dia a dia, de discutir a tributação do futuro do país. Vem a secretaria extraordinária com um dos maiores especialistas em reforma tributária, que é o Bernardo Appy. Passamos quatro anos construindo a reforma tributária aqui no Congresso Nacional. Desde o ano passado, nós estamos em diálogo com o TCU - eu com o Ministro Vital do Rêgo, com a Secretária-Geral Juliana, com toda a minha equipe, em especial o Barreirinhas -, criando a metodologia. Então nós não chegamos a

essa conta agora. O ano passado nós validamos a metodologia. Este ano nós antecipamos a construção de uma sala com acesso restritíssimo a todos os dados fiscais do país. Nós não podemos correr o risco de sair informação fiscal do país sobre as autoridades, sobre pessoas politicamente expostas. Isso foi construído, não teve nenhum vazamento. Olha que bonito isso. O Congresso Nacional disse o seguinte - o Senador Eduardo Braga liderou esse processo -: "O Governo não vai decidir alíquota sozinho. O Congresso quer mais uma instância participando dessa definição". Então, qual que é o papel do Governo? Aprovar a metodologia, pegar toda a base tributária do país, empresa que paga, empresa que tem benefício, e passar para o TCU. O TCU vai pactuar uma metodologia, vai chegar a uma alíquota e devolver para o Congresso ratificar essa alíquota. Nós fizemos isso, cumprimos à risca. Tecnicamente, não teve nenhuma manipulação. Ao contrário, quem participou, quem acompanhou é testemunha desse processo. A Receita Federal foi construindo metodologia, o Ministério da Fazenda se empenhou, o Tribunal de Contas, e é uma matéria nem sempre próxima do dia a dia dos técnicos do tribunal...

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (*Fora do microfone*.) - Inédita.

O SR. DARIO CARNEVALLI DURIGAN - ... inédita, como diz aqui o Presidente Vital do Rêgo - se capacitou, fez seminário. Nós mobilizamos uma enormidade de energia para que o tribunal se assenhorasse do tema. Afinal de contas, é responsabilidade, agora, institucional do TCU falar sobre a alíquota, com toda a transparência. Na Receita Federal, há um volume de informação que vocês não fazem ideia, de base de dados. Está aqui o Claudemir, que é o chefe dos dados da Receita, do Cetad. E apresentamos agora, então, dentro dessa construção de anos, uma alíquota - e volto a insistir: alíquota máxima de 11,3%; alíquota média no país de 8,5%, e, para muita gente mais simples, atendendo à progressividade, alíquota zero.

Isso vai ter uma revisão todo ano. No ano que vem, a Receita vai passar as bases para o TCU até o meio do ano. O TCU vai se debruçar na metodologia já aprovada, logo no início do segundo semestre, e vai encaminhar ao Senado Federal a nova alíquota para 2028, e nós vamos ter oportunidade... De novo, sem mágica, sem marretada: "A alíquota está alta?" Ótimo, vamos revisitar. Tem uma lista aqui que o Barreirinhas está me passando de diminuição de base de cálculo, de isenção, de regime diferenciado. Está aqui, a gente pode rever isso, não tem problema nenhum. Inclusive, nós defendemos para alguns casos redução de regimes diferenciados. E é assim que tem que ser feito na democracia, com debate, ouvindo os setores afetados.

Para fechar, os últimos dois temas: nós somos da posição pelo não adiamento da reforma tributária. Nós precisamos fazer com que a reforma tributária, que o país aguarda há muito tempo, seja iniciada. Com cuidado, sim; tirando dúvidas, sim; com comunicação, sim; com programa de conformidade a várias mãos, Receita, CFC, Sebrae, sim; com transição para não afetar o fluxo de caixa das empresas, sim; mas nós precisamos dar o primeiro passo. Deixar isso para a frente para daqui a seis meses, um ano, dizer: "Não, mas isso é muita coisa, é muita mudança, no ano que vem vai ter eleição municipal, não dá". Gente, nós precisamos dar as mãos e juntos iniciar essa transição e começar a reforma tributária ano que vem.

E, por último, quero dar um relato sobre o Imposto Seletivo. Sobre o Imposto Seletivo, que era para ser apresentado este ano com alguma antecedência, aqui eu vou relatar o processo para os Senadores e Senadoras: eu tomei a liberdade de chamar todos os setores afetados pelo Imposto Seletivo. E quero dizer o seguinte: Nós temos que construir essa reforma juntos. Vamos pactuar que, para o ano de 2027, não tenha aumento de carga para o Imposto Seletivo. Então, setor de tabaco, setor de bebida alcoólica, setor de refrigerante, setor de carro, embarcação, aeronave. Sentei-me com todos e a minha equipe, fizemos inúmeras reuniões e enviamos uma medida provisória ao Congresso - o Presidente Lula enviou a meu pedido -, basicamente, fazendo um "de - para" do IPI, que hoje incide sobre esses setores, só esses setores afetados, para o Imposto Seletivo que passa a valer. Existe um acordo - a CNI intermediou essa conversa entre o Ministério da Fazenda e os vários setores - que está plasmado, está consolidado na medida provisória. Por isso eu peço que a gente avance nesse texto da MP, reforçando esse compromisso, esse acordo entre o Ministério da Fazenda e os setores afetados.

Peço desculpa, Presidente Renan, pelo alongado aqui da minha exposição, mas eu faço questão de passar por todos os pontos. Faço uma defesa, que não é uma defesa deste Governo e desse Ministério da Fazenda só, é uma defesa de um processo que se iniciou neste Congresso Nacional antes de o Presidente Lula tomar posse. Eu, como Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e agora como Ministro da Fazenda, acompanho esse tema semanalmente com os Líderes, recebo visitas, cobro da Receita Federal, cobro dos estados e municípios e estou aqui como testemunha da história do país para pedir que a gente não retroaja.

O nosso sistema tributário é o pior do mundo, nós precisamos avançar, como temos avançado, junto com o Congresso Nacional, em busca de um sistema melhor para as empresas e melhor para as pessoas do país.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Agradecemos ao Ministro Dario Durigan.

Eu vou conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Relator da matéria e, em seguida, ao Senador Izalci.

Quando nós designamos o Líder Eduardo Braga, com muita satisfação, para a relatoria desta matéria, nós o fizemos por considerar, além de sua indiscutível capacidade técnica e comprovada experiência política, a correta percepção do Senador Eduardo Braga quanto ao papel desta Comissão de Assuntos Econômicos e do Senado Federal na apreciação da alíquota da CBS.

Eu concedo a palavra, portanto, ao Relator da matéria, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Como Relator.) - Presidente, primeiro, cumprimento V. Exa. pela pertinência desta audiência pública. Acho que esta audiência pública é fundamental para que nós possamos dar o primeiro passo na análise da alíquota proposta.

Portanto, V. Exa., sem dúvida nenhuma, acerta e acerta muito quando traz o Presidente do Tribunal de Contas, nosso amigo e nosso colega Senador Vital do Rêgo, para este debate; quando traz o nosso eminente Ministro da Fazenda, Dr. Durigan, para poder trazer os esclarecimentos, a fundamentação e, mais do que isso, um rememorar do cronograma e da questão cronológica com relação a todo este tema; e, obviamente, o Dr. Barreirinhas, pela Receita Federal.

Meu Presidente, eu quero aqui pedir escusas ao autor do requerimento por falar primeiro, como Relator, mas eu queria, Presidente, porque uma das frases ditas pelo nosso Ministro da Fazenda me impõe fazê-lo.

Diante do sigilo absoluto que foi imposto a essa discussão entre o Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal e o Tribunal de Contas da União, nós, que teremos que aprovar ou não a alíquota, ficamos de fora desse debate. O que pode parecer bom, ao mesmo tempo, traz um complicador, porque nós desconhecemos toda a metodologia que foi instaurada por uma decisão desta Casa, porque o Tribunal de Contas só está neste processo por uma decisão desta Casa, inclusive, iniciativa tomada por este, quando era o Relator da matéria, que fez questão de que o Tribunal de Contas entrasse, como órgão, a convalidar todos os procedimentos, até porque, por função constitucional, o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Congresso Nacional e, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, deveria construir esta questão em múltiplas mãos. Não foram feitas.

Então, tem um requerimento, Sr. Presidente, à mesa - que eu peço que V. Exa., por favor, coloque-o em votação tão logo termine esta audiência pública - no qual eu peço a cessão de dois servidores públicos federais, integrantes do grupo de trabalho responsável pelos cálculos da alíquota de referência de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do redutor aplicável às compras governamentais, para prestarem apoio e assessoramento técnico a esta Comissão de Assuntos Econômicos, no que concerne ao cálculo da alíquota de referência da CBS, exatamente para que nós possamos, nesse pequeno espaço de tempo, ter acesso àquilo que em meses eles construíram, sob sigilo absoluto, inclusive excluindo este Parlamento da discussão - e eu acho que até, de forma pertinente, tendo em vista que nós estávamos em pleno processo eleitoral e boa parte dos membros desta Casa envolvidos no processo eleitoral.

O segundo ponto que eu quero reafirmar é da importância da não prorrogação da implementação da reforma tributária.

Veja, o Brasil conseguiu, pela primeira vez em regime democrático, aprovar uma reforma tributária. Nunca antes, na história da República Federativa do Brasil, em regime democrático, o Brasil, Senador Vital, aprovou nenhuma reforma tributária, muito menos de bens de consumo, como é esta reforma tributária. E é, como disse o nosso Ministro Durigan, a primeira vez que um imposto sobre bens de consumo tem progressividade, porque, por natureza, ele não é progressivo.

Ao implementar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - E por isso injusto, como diz o Senador Renan Filho.

E nós buscamos praticar alguma justiça implementando algo inusitado, até então, na prática tributária brasileira - e diria até eu, com alguma ousadia, na prática tributária mundial -, porque nós criamos regramentos do *cashback*, principalmente sobre serviços públicos prestados aos mais humildes, que estão no CadÚnico, que agora, levantado e mensurado pelo Tribunal de Contas e pela Receita Federal, chega-se ao volume de R$10 bilhões-ano de restituição de carga tributária para os mais humildes.

Isso mostra, em certa maneira, o acerto que tivemos com a aprovação da reforma tributária. Já foi destacado aqui, pelo Ministro Durigan, a importância do zero tributo na cesta básica. Eu costumo dizer que do chifre do boi ao rabo do boi é zero de imposto; da orelha do porco ao rabo do porco é zero de imposto. O arroz, o feijão, o sal, o açúcar, o café, o leite, ou seja, todos os produtos da cesta básica é zero de imposto.

Acabamos com a cumulatividade de créditos para a exportação, o que causava graves e sérios prejuízos à economia e à estabilidade econômica dos entes federados por causa do tamanho da desoneração das exportações, que acabavam trazendo grandes dificuldades. Daí as complexidades de restituição da tal Lei Kandir, que era exatamente um dos grandes problemas e que, a partir de 2027, zera esse problema.

A indústria brasileira, que perdeu competitividade ao longo de três décadas, retoma essa competitividade a partir do momento de que a cadeia produtiva não tem mais cumulatividade de imposto. Ela busca exatamente a não cumulatividade do imposto na cadeia produtiva da nossa indústria.

No entanto, algumas questões ficaram como mandamento constitucional. Primeiro, neutralidade da carga tributária. Isso não é algo que o Tribunal de Contas possa rever, que o Ministério da Fazenda ou a Secretaria da Receita Federal possa rever. Nós temos um mandamento aprovado em dois turnos na Emenda Constitucional 132, que é a neutralidade da carga tributária. Portanto, as alíquotas têm que levar em conta exatamente isto: a neutralidade da carga tributária. E, na lei complementar, por iniciativa da Câmara, foi estabelecido um valor de 26,5% como o limite máximo para o IVA dual, composto pela CBS e pelo IBS. Como a CBS se estabelece anteriormente ao IBS, o Relator tomou a precaução de, todas as vezes em que vinha a matéria da Câmara, irmos ao Ministério da Fazenda e pedirmos ao Ministério da Fazenda e ao Tribunal de Contas da União a manifestação sobre aquilo que havia sido aprovado nas Casas para que nós tivéssemos parametrização de números, porque, afinal de contas, as alíquotas são números, números que precisam ser profundamente discutidos.

E aí é que vem a primeira pergunta que eu quero estabelecer ao Secretário da Receita Federal, o Dr. Barreirinhas. Durante o processo de cálculo da alíquota de referência da CBS, o Tribunal de Contas da União e a Receita Federal concordaram com a mudança dos anos-base de 2024 e 2025, como manda a reforma tributária, para 2023 e 2024. Não é essa a autorização, mas a lei estabelece uma abertura dizendo que, diante da impossibilidade dos dados, poderiam usar os dados anteriores para estimativa da arrecadação da CBS, do Imposto Seletivo e do IPI residual. A justificativa foi a indisponibilidade dos dados da ECF de 2025, mesmo após a prorrogação de 45 dias na Lei Complementar 214, de 2025, ou seja, nós prorrogamos 45 dias do prazo exatamente para ver se cabia para que nós pudéssemos ter o cálculo da ECF de 2025. Pergunto: a Receita Federal cogitou a utilização como substituto para o ano-base de 2025 do ano-base de 2024 ajustado por um fator calculado com fundamento no histórico da informação da ECF, que provém desde o ano-calendário de 2014? Primeira pergunta. Caso a resposta seja negativa, é factível adotar esse calendário de 2014? Segunda pergunta. Caso a resposta seja negativa, é factível adotar esse procedimento neste ano? Do ponto de vista técnico, seria possível simular em menos de um mês a alíquota de referência da CBS com base nos dados de 2025, entregues pelos contribuintes ao Fisco federal até 31 de julho passado?

Quais seriam, na visão do senhor, as formas de evitar a materialização da hipótese de que também possa ocorrer a troca dos anos de base no cálculo da alíquota de referência da CBS para 2028 e para anos seguintes? Essa é a pergunta ao Dr. Barreirinhas.

Ao nosso eminente Presidente Vital do Rêgo: o Tribunal de Contas da União tem sido um parceiro estratégico do Congresso Nacional desde os debates da PEC 45, de 2019. Durante a tramitação, os estudos técnicos do Tribunal de Contas foram fundamentais para subsidiar a minha relatoria no Senado. À época, com base nos cenários do Ministério da Fazenda, que previam hiatos de conformidade de 10% e 15%, projetava-se uma alíquota da CBS entre 6,95% e 9,05%, considerando os cenários factíveis e conservador. Diante da evolução desses números para uma alíquota de referência de 11,3%, sob um hiato de 15,9%, pergunto: na visão de V. Exa., quais as premissas validadas pelo tribunal oferecem margem técnica para que esta Casa possa calibrar essa alíquota para baixo?

E aqui quero destacar o que disse o Ministro da Fazenda: 11,3% é uma alíquota padrão, máxima, não é a alíquota média, que me parece que é de 8,5%, mas, na narrativa e na informação, o que está sendo informado ao consumidor e ao povo brasileiro é quase que exclusivamente a alíquota máxima. Talvez, publicamente, em ampla visibilidade, é a primeira vez que se fala em alíquota média de 8,5%.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone.*) - É a alíquota efetiva de todos os produtos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - Portanto, é a média de alíquota efetiva em todos os produtos, no entanto é importante ouvir o Tribunal de Contas da União sobre a pergunta que acabo de fazer.

E ao Ministro da Fazenda: a alíquota de referência de 11,3% está acima do imaginado inicialmente pela sociedade, com base nos estudos formulados à época tanto pelo Ministério da Fazenda como pelo Tribunal de Contas da União, que

convalidou a metodologia do Ministério da Fazenda. Resolução do Comitê Gestor do IBS de julho de 2026 permitiu uma estimativa implícita de 9,21% para a alíquota da CBS - ou seja, o IBS dando uma sinalização de estimativa implícita de 9,21% para a alíquota da CBS. Considerando a alíquota total da tributação sobre o valor agregado, estimava-se em 27,91%, portanto já acima do teto estabelecido pela lei complementar aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Essa diferença de 2,1 pontos percentuais suscita questionamentos sobre as premissas, os parâmetros e os procedimentos técnicos utilizados na elaboração dos cálculos.

Ministro, a sua pasta, direta ou indiretamente, por meio da Receita Federal, pretende disponibilizar publicamente a memória de cálculo detalhada, acompanhada das respectivas premissas e justificativas técnicas da proposta da Receita enviada ao Tribunal de Contas da União, para que o Senado Federal e a sociedade possam verificar a consistência dos resultados? A pergunta, Ministro, é porque creio que a transparência, neste caso, será o maior de todos os argumentos para a defesa do que se pretende.

Além disso, existe estudo ministerial sobre o risco de elevação da carga tributária para a competitividade de setores econômicos, bem como a respeito dos impactos sobre os preços ao consumidor, em decorrência de uma alíquota de referência muito acima da conhecida anteriormente?

Essas são as perguntas.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu queria fazer um último comentário. Eu creio que boa parte dos questionamentos tem a ver, Ministro, com uma questão que foi estabelecida pela emenda constitucional e sobre a qual, lamentavelmente, até agora o Governo não se posicionou: é a desoneração da folha de pagamento.

Naquela altura, na composição aqui dos entendimentos para que, na democracia, nós aprovássemos - como aprovamos - a reforma tributária, ficou estabelecido um prazo para que o Governo Federal, o Executivo, encaminhasse uma proposta de desoneração de folha de pagamento, o que atenuaria os impactos, inclusive no setor de serviços principalmente. E foi dado um prazo de 90 dias, porque, àquela altura, as informações que nós tínhamos eram de que o estudo estava muito avançado dentro do próprio Ministério da Fazenda. No entanto, decorrido todo esse período, por razões que nós conhecemos e algumas outras que não conhecemos, até agora isso não foi encaminhado.

Eu gostaria de ouvir um comentário de V. Exa. de como é que está essa questão dos estudos para o cumprimento dessa indicação de um mandamento constitucional extremamente pertinente com relação à carga de encargos que acaba sobrepairando sobre as folhas de pagamento, exatamente no momento em que nós estamos na antevéspera da implementação da escala 5x2.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Consulto o Relator sobre se fazemos o bloco ou se as respostas poderão ser dadas agora, anteriormente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Concedo a palavra...

Antes, porém, eu quero submeter à apreciação o requerimento que requer a cessão de dois servidores públicos federais integrantes do grupo de trabalho responsável pelos cálculos da alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços do Tribunal de Contas da União.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 131, DE 2026

- Não terminativo -

Requer servidores do TCU

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria:

Relatório:

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, e já temos a autorização do Presidente do Tribunal de Contas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Isso é que é diligência!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - É.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. Para interpelar.) - Sr. Presidente, senhores convidados.

Presidente, primeiro, eu quero aqui... Depois de 20 anos de Congresso, fiquei muito feliz aqui quando o nosso Secretário Barreirinhas reconhece a importância dos contadores na discussão. Nesses 20 anos, pouco se chamou contador aqui para discutir o óbvio. Então, V. Sa. apresentou aqui, realmente, alguns argumentos que foram muito interessantes, e o conselho está agora à disposição, em todos os aspectos. Então, parabéns, porque quem coloca a mão na massa da reforma tributária são os contadores.

Bem, segundo, eu tenho aqui uma fala que diz assim: "[...] a prorrogação do período de testes da reforma tributária do consumo até o fim de 2027 [...] é necessária, para evitar problemas no início da transição para o novo modelo de tributação. Isso porque os sistemas estão em fase de implementação. Além disso, há diferença no grau de preparação das empresas para a mudança".

Essa fala é do Bernard Appy, que foi realmente quem conduziu todo esse processo aqui.

Então, é só para lembrar, porque algumas instituições, algumas empresas, por lei, são obrigadas a definir seu preço, por exemplo, em outubro. Agora, como eu vou definir meu preço em outubro, novembro, se eu não conheço sequer a alíquota da CBS e, muito menos, do IBS? E muito menos a implantação do *split payment*, que eu trouxe aqui à audiência...

Nós fizemos 22 audiências públicas aqui. Eu trouxe aqui uma procuradora que fez doutorado e que diz que a sonegação fiscal no Brasil chega a mais de 30%. O próprio Tribunal de Contas colocou, no seu cálculo, vinte e nove...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) - Colocou 15,9%.

Isso tem realmente uma interferência na alíquota, óbvio, que a gente precisa... Então, há uma preocupação com relação a isso, porque, como empresário, eu tenho que definir preço, eu tenho que definir contrato, eu tenho que mudar todo o meu sistema operacional, porque eu não conheço ainda o... Eu sei que a Receita já fez, está bacana, mas eu desconheço, eu não vi ainda. Eu vou ter que mudar o sistema operacional, vou ter que mudar o sistema contábil; uma série de mudanças têm que ser feitas.

Então, não é adiar a reforma. Eu sou o maior defensor da reforma tributária. Há 20 anos que a gente discute isso aqui. Agora, a gente também não pode se precipitar com relação a alguns pontos como esses aí.

É só uma reflexão que eu faço.

Eu queria fazer uma pergunta. Eu tinha colocado para o Ministro, mas, como eu tenho aqui uma informação... Bem, todo mundo sabe essa questão das estimativas: 8,8% é o que foi divulgado pela Fazenda em 2024; 9,21% pelo Comitê Gestor; o tribunal chegou a 11,3%... Agora, estranhamente, eu não sei - para mim, pelo menos -, o Ministério da Fazenda calculou e apresentou ao Congresso Nacional uma alíquota de 10,85% para cobrança de CBS dos bancos, de 2027 e 2028, e disse ainda 12,5% para CBS e IBS somadas, em 2033.

Então, eu perguntaria: por que as instituições ficaram com essa alíquota tão baixa em relação às demais? V. Sa. tem já essa alíquota de 2033 para os demais segmentos? Essa é uma pergunta importante.

O impacto dessas alíquotas de exceções no regime... A Receita tem esse impacto dessas alíquotas de exceções que foram permitidas na reforma?

Para o Ministro, meu querido companheiro também, Ministro Vital do Rêgo: o cálculo adotado toma como meta média a arrecadação de 2012 a 2021, com proporção do PIB. É um período de carga historicamente elevada. A arrecadação recente, de 2023 a 2025, é inferior e reflete no ambiente econômico e tal.

Então, eu pergunto aqui com relação a isso: qual seria a alíquota de referência da CBS se a meta fosse, em média, como foi colocado aqui pelo Senador Eduardo, 2023 a 2025? Mantida a mesma metodologia, como foi usada, em 2023 e 2024. E, se a Emenda Constitucional 132 prometeu ao contribuinte que a CBS reporia a receita dos tributos que substitui, como

se justifica, do ponto de vista de justiça fiscal, adotar uma meta, uma carga tributária, uma carga que não corresponde à arrecadação atual dos tributos? A referência não é a arrecadação atual, mas aquela lá de 2012 a 2021. Essa é uma dúvida.

Bem, aí com relação a... É porque, depois que o Eduardo fala, sobra muito pouco para a gente falar, né?

Essa questão da desoneração é muito importante para nós. Eu acho que essa pergunta do Senador Eduardo Braga foi fundamental, porque os cumprimentos de prazos a gente tem obedecido e há uma tendência de tudo se antecipar. Agora, esse impacto da prestação de serviço é muito grande por causa da folha de pagamento. Qual é a posição realmente da Receita com relação a essa desoneração? Há possibilidade de compensar alguma coisa para que a prestação de serviço tenha alguma alteração com relação à carga tributária atual?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Como sempre, um craque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Para interpelar.) - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui V. Exa. por esta audiência pública; cumprimentar aqui o Ministro da Fazenda, Durigan; o Secretário Especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas; e o Presidente do Tribunal de Contas, Vital do Rêgo Filho.

Quero dizer para vocês que, primeiramente, Presidente, quando você menciona que foi feita justiça com R$5 mil para isentar do Imposto de Renda principalmente os nossos trabalhadores e com uma redução para quem ganha até R$7.350, isso está hipercerto. Nós nunca fomos contrários a isso, porque isso é para uma grande parcela da população.

Vou dizer para vocês que a gente... Eu não sei como, em que condição, Senador Eduardo Braga, os empresários - eu sou empresário - conseguiram sobreviver com esse emaranhado que nós temos de impostos hoje no Brasil. A maioria das empresas hoje contrata consultorias para ver onde está errado, pagando menos ou pagando mais, e de que forma pode recuperar parte desses impostos. Por isso, nós precisamos realmente ter uma reforma.

Agora, a grande preocupação que eu tenho, na condição de empresário, que os nossos empresários do Brasil têm e que os nossos trabalhadores têm é que, se nós não andarmos junto com o controle das contas públicas deste país, não existe reforma tributária que poderá dar certo. Nós sabemos, Senador Eduardo Braga, que existem diversos setores, inclusive até a parte da construção civil, diversos setores de serviços que estão tendo uma redução. A grande preocupação é se isso não é um gatilho e, depois, lá na frente, aos poucos, vai se começar a tirar essa redução, porque olha o que aconteceu com o PLP 299. Os créditos PIS/Cofins que as empresas tinham estavam todos dentro do orçamento, Senadora Tereza Cristina, das empresas e hoje, com essa aprovação - não sei como vai ficar hoje em Plenário isso -, poderão essas empresas ter que recorrer e não poder utilizar parte desses créditos.

Então, nós temos um grande fator também das empresas de lucro presumido. Hoje esse teto está baseado em um faturamento bruto de R$78 milhões, se não me falha a memória. E boa parte, principalmente de áreas de serviço, trabalha com lucro presumido. A maior parte das transportadoras do Brasil de pequeno porte trabalham dentro do lucro presumido.

E aí nós temos o grande gargalo, que é o dos impostos dos combustíveis, e até agora a gente ainda não sabe direito como que vai ficar isso. Hoje nós sabemos que ele é um imposto 100% tributado na fonte, ele é o maior esteio que aguenta a situação dos estados da Federação. Os estados da Federação não conseguiriam sobreviver hoje se mudasse algo na arrecadação do ICMS e dos combustíveis. Ainda bem que foi feito isso lá no passado e, pelo que eu entendo, hoje isso vai continuar; em todos os estados da Federação, pelo menos dentro do CBS, vai ficar unificado.

Mas eu quero deixar uma pergunta para vocês, a quem puder nos responder, o Ministro, o Secretário da Fazenda, o Vital do Rêgo: quanto aos créditos acumulados nas compras, as empresas só poderão usar o crédito de compra de diesel, de insumos, entre outros produtos, se o fornecedor tiver efetivamente quitado o tributo na etapa anterior. Como é que teremos acesso à informação caso o fornecedor não quite os tributos? Essa é uma grande preocupação. E, para excluir do rol dos fornecedores o mau pagador, como que vai haver esse controle? Esse crédito será visível? Esse modelo vai basear toda a cadeia dos custos das operações?

Então, assim, nós sabemos que nós precisamos ter uma reforma tributária, mas nós sabemos que, desde a Constituição de 1988, desde o Plano Real, que deu certo de 1994 até hoje, as empresas, as pessoas físicas e o trabalhador tiveram que se adequar ano a ano; ano a ano eles têm que se adequar, principalmente nesses últimos anos agora. E por quê? Qual o modelo que nós estamos estudando também, sobre o qual o Congresso Nacional tem a obrigação de se debruçar, para nós

termos um controle das contas públicas nos municípios, nos estados e na União? Caso contrário, se isso não for feito, Senador Eduardo Braga, eu digo para vocês: nós não vamos resolver o problema do nosso país, nós não vamos resolver a situação. Para finalizar, há uma grande preocupação, sim, em todo o setor de serviço, em todo o setor produtivo, no agronegócio... Aparentemente, a grande preocupação que todos têm é que os grandes centros consumidores é que vão ficar beneficiados. Nós sabemos que São Paulo representa praticamente 20% de tudo isso que nós estamos falando aqui dessa economia - pouco mais, 22%, 23%. E os estados do Norte e boa parte do Nordeste praticamente, para não dizer que... Entendeu? E há ainda isso.

Está aqui o meu amigo Renan Filho, que foi Ministro dos Transportes. Hoje estou indo lá, Eduardo Braga, porque... Está aqui o Senador Amin: Santa Catarina não tem privatização de rodovia. Na Região Norte, há uma única rodovia, que sai de Cuiabá ao Rio Branco, do Acre - uma única, uma única, não existem duas. Já se privatizou um trecho de 687km e querem privatizar os outros trechos, para liquidar definitivamente a logística dos Estados de Mato Grosso - do Nortão do Mato Grosso -, de Rondônia, do Acre e do próprio Amazonas, ligando à 319. Eu peço ajuda, imploro, e hoje tenho uma reunião com o Ministro dos Transportes, para que não seja dada mais essa penalidade para os nossos estados do Norte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Eu queria combinar com o Senador Esperidião Amin: nós avançamos aqui e, na medida em que os convidados forem dando as respostas, faremos a réplica de um, do outro, para agilizar o debate.

Então, concedo a palavra a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone*.) - Eu vou me estabelecer os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Não, não se preocupe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Para interpelar.) - Primeiro, quero cumprimentar a iniciativa da Comissão de contar com esta reunião e com as seguintes.

Quero dizer que acompanhei muito de perto, e nem sempre concordando com o Relator, a apreciação da reforma tributária, seu grande desempenho. E lembro que, numa reunião no gabinete da Senadora Tereza Cristina, a nossa bancada votou contra o projeto da emenda constitucional por discordar da carga tributária que resultaria em função de vários fatores positivos e outros questionáveis, como, por exemplo, a lista das exclusões. Não vou entrar no mérito. Participamos ativamente das duas leis complementares, e hoje nós estamos reunidos aqui exatamente sobre uma das consequências.

Como dizia Vitorino Freire, "as consequências vêm sempre depois", mas vêm sempre. O sempre é que é forte. Não dá para esconder as consequências.

A alíquota chegou para nós - por que a reunião foi convocada? - nos assustando.

O 11 é um número perfeito na minha vida, mas o vírgula três, sabendo... *(Risos.)* Levou uma faísca de segundo para perceber a maldade.

Porque sabemos que, daqui a pouco, virá outra alíquota. Ela não é o último passo, ela é o primeiro.

Eu, entre tantos que contribuíram, quero destacar aqui a presença emblemática dos Srs. Luiz Carlos Hauly, Deputado, velho e querido amigo, e Miguel Abuhab. O *split payment* tinha que ser do Oriente Médio. *(Risos.)*

E ali nós temos uma coalizão, porque o Miguel Abuhab é legitimamente judeu e o Hauly, apesar de maltratado pelos surfistas - porque, quando o surfista reclama do sujeito que veio de fora para surfar na onda dele, ele o chama de *haole*, "fora, *haole*" -, ele é "venha, Hauly". Eu acho que eles deveriam ter uma participação ativa nesta reunião.

Mas concluo, dizendo o seguinte: Senador Vital do Rêgo, desde 1991, eu apresento projetos para se avaliar gasto tributário. O primeiro, em 1991, passou no Senado e bateu na Câmara. O que está tramitando é o PLP 41, de 2019, aprovado pelo Senado em 2023 e que está encalhado na Câmara.

Se alguém consultar a inteligência artificial, e eu consultei hoje, verá que alguns Ministros da Fazenda - o Ministro Durigan não faz parte ainda desta plêiade... O Ministro Meirelles chamou, apelidou, o benefício, o gasto tributário, de "bolsa empresário". Sim, o Joaquim Levy... Como sabe o Miguel Abuhab, Levi é o sumo sacerdote, mas ele é quem cuida do Santíssimo, e é onde está o dinheirinho. Joaquim Levy chamou de "brincadeira". Paulo Guedes adornou com duas designações: "privilégios" e mandou a gente procurar, buscar, porque estavam botando o boi na sombra. E, finalmente, o Ministro Haddad foi um pouco mais claro, chamou de "pró-mamata". E tem mais uma sequência de adornos.

Então, realmente, eu acho que o Governo, Ministro, deveria se interessar mais por isso.

O projeto foi decantado e teve como Relator aqui o Senador Oriovisto, que é considerado por todos nós um homem sensato e que tem a visão empresarial também. É avaliar o custo-benefício.

Com o Presidente Galípolo, eu aprendi uma coisa a mais numa conversa informal: nos países mais avançados, isso é negociado com a empresa. Se você não cumprir essa meta, vai perder o benefício. E aqui, em mais um castigo contra quem cumpre o benefício e a meta, vale para todo mundo. É inavaliável, institucionalmente é inavaliável.

O esforço que os senhores estão fazendo não está determinado por uma legislação. Então eu queria, neste momento de tensão, pedir essa atenção.

Esse projeto foi aprimorado, inclusive, pelo Secretário-Executivo Gustavo Guimarães, Secretário-Executivo da Ministra Simone Tebet - portanto, neste Governo -, que foi um dos colaboradores para se chegar a uma solução.

O fato é que hoje nós não temos institucionalmente, legalmente, um instituto da avaliação disso que representa 5% - e alguns dizem que é muito mais, porque, se você somar estados e municípios... Isso não é avaliado. E cada vez que assume um no Executivo: "Arranja-me 1 milhão; corta, corta esse 1 milhão, porque eu preciso de 1 milhão para inteirar a conta para pagar a folha". Vários Governadores já fizeram isso, eu não vou mencionar nomes.

Então, eu queria recomendar que os senhores fizessem um apelo para que as Lideranças do Governo na Câmara desencalhassem isso, até para beneficiar o diálogo transparente entre governo e o empresariado.

E, finalmente, quanto ao 11,3%, eu recebi várias informações técnicas, especialmente do Miguel Abuhab, e eu concordo que a gente deve fazer todo o esforço para não prorrogar, viu, Ministro? Eu não tenho nada a censurar quanto à "campanha" - entre aspas - que o nosso querido Bernard Appy está fazendo para prorrogar. Não faço comentário, mas está. Eu acho que nós temos que fazer uma campanha para não prorrogar. Agora, consultar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) - Hein?

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone.*) - Mas essa não é justa, essa ferramenta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) - Hein?

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone.*) - O Bernard fazer essa campanha...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) - Isso eu prefiro não comentar. Eu acho que nós temos a obrigação... Nós aprovamos a emenda constitucional, nós aprovamos duas leis. Vamos fazer todo o possível para que não haja prorrogação. Eu acho que esse é o sentido.

Agora, se chegarmos a um impasse, o que o Senado vai acabar decidindo? Não aprovar a alíquota e, com isso, deixarmos o Brasil à mercê de interpretações, de consequências não previstas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Pela ordem.) - Meu eminente Senador Amin, se nós não deliberarmos, vai valer o 11,3%, em que tem uma questão com relação à questão do 15,9%, porque a média em todos os países não é nem perto de 15,9%. Portanto, eu tenho certeza de que algum Senador vai abordar esse tema, e eu não quis colocar na minha pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) - Eu só não quis colocar aqui, mas hoje já sei que emergirá isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - Emergirá essa questão.

Agora, Sr. Presidente, só pela questão de ordem, porque o nosso Senador Jaime colocou uma questão aqui, que, por questão de justiça, eu quero esclarecer, porque por acaso sou Relator do PLP que vai a votos hoje à tarde no Plenário, e essa narrativa de que nós estamos acabando com o crédito fiscal não é verdadeira. O que é PIS e Cofins você vai poder usar sem nenhum limite no PIS e Cofins. O que é Imposto de Renda, você vai usar sem limite no Imposto de Renda. O crédito cruzado, quando utilizado o gatilho para o corte de despesa, e somente quando houver corte de despesa, aí sim sofrerá limitação. É porque há uma narrativa que não é a que está no relatório, e eu estou aqui na Comissão de Assuntos Econômicos repondo para que não haja interpretação por todos aqueles que nos assistem aqui na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Senador Alessandro Vieira, com a palavra V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - SE. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar pelas explanações e pela iniciativa da audiência. Este é o processo legislativo virtuoso, em que você tem tempo para ouvir os dados, ouvir os técnicos, estressar os argumentos e chegar a um resultado que seja válido para o Brasil.

Quero enaltecer o trabalho do então Relator, nosso Líder Eduardo Braga. A gente sabe o tamanho do esforço que foi feito, inclusive custando um bom pedaço de saúde nesse trabalho, mas, como tem gente que vem com determinadas missões, tem mais esforço para o senhor fazer.

Os temas da exposição em si, de certa forma, foram bem tocados, bem aventados pelos colegas. Então, vou aproveitar esta oportunidade para direcionar o questionamento diretamente ao Ministro Dario Durigan, no tocante, aí sim, ao ajuste fiscal proposto neste momento, que vai à votação em segundo turno, destaques em segundo turno, na tarde e noite de hoje, e tem como Relator novamente o Senador Eduardo Braga.

A questão se divide em dois pontos muito simples. O primeiro deles é a percepção que temos, aqui no Plenário, de uma ausência do Ministério da Fazenda neste debate, que me parece peculiar e talvez seja também uma dessas coisas da tramitação sigilosa que o Parlamento recebe só na última hora. Mas, fundamentalmente, o formato escolhido pelo projeto apresentado pelo Ministro Moretti e relatado com todo o esforço e qualidade pelo Senador Braga, na realidade, se limita a fazer ajustes pontuais para o ano, criando ferramentas que viabilizam LDO e LOA, mas que não sinalizam, na minha visão, suficientemente para a ancoragem da dívida.

Apresentei emenda e peço a opinião de V. Exa. sobre esse tema, não claro o detalhe, mas a essência dele. Qual é a restrição ou qual seria o problema que nós teríamos de estabelecer neste momento - e julgo fundamental a expectativa, a estimativa, o objetivo de meta fiscal, de superávit - para os quatro anos de Governo? Porque me parece que essa, sim, é uma medida que ancora expectativas. As ferramentas estão mais ou menos postas, existem várias alternativas técnicas que podem ser usadas, mas o importante é saber que não vai ter a cada ano um novo ajuste, uma nova tentativa, um novo improviso, porque esses improvisos costumam custar muito caro.

Ouvi o meu Líder e nosso Relator Eduardo Braga, brevemente conversei com o Ministro Moretti, entendo os riscos que estão embutidos quando você estabelece uma meta de superávit muito ambiciosa, porque isso tende a criar uma gincana de apostas e pressionar mais ainda o nosso resultado, mas defendo que pelo menos uma meta modesta seja fixada para os quatro anos, porque nós precisamos urgentemente, estabilizar a curva da dívida, o que me parece ser - estamos diante de especialistas muito mais qualificados que eu -, ser um consenso total no Brasil, mesmo entre essa classe tão difícil, que é a classe dos economistas. Um consenso total de que, sem estabilizar a dívida, nós não teremos queda da nossa Selic, que é fundamental e que hoje está estrangulando as contas públicas e as contas das famílias... Já tem um economista aqui reagindo, daqui a pouco teremos art. 14...

Então é um questionamento nesse ponto. Vamos aproveitar a presença tão qualificada dos Ministros, do Secretário da Receita e do nosso Presidente, sempre amigo, Vital do Rêgo.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - MS) - Só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Por favor, Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - MS. Pela ordem.) - Nós vamos fazer todas as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Eu acho que sim.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - MS) - E aí depois todo mundo responde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Eles estão anotando. Quem quiser a réplica vai ter direito à palavra democraticamente.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - MS) - Está ótimo, é que eu tinha entendido diferente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Porque o Ministro tem hora marcada e está fazendo aqui um esforço para desenvolver um critério para aumentar a produtividade da audiência pública.

Renan Filho, com a palavra.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. Para interpelar.) - Já que é economia nacional para aumentar a produtividade, como disse o Ministro Dario.

Queria cumprimentar o Presidente Renan pela qualidade da audiência.

Aliás, nós estamos aqui num momento muito tempestivo, discutindo a reforma tributária, porque temos que deliberar acerca da alíquota que o TCU chegou até o dia 15 de dezembro. Ou seja, isso é muito pouco tempo, Ministro Dario.

Queria sugerir inicialmente que nós melhorássemos, Presidente Vital do Rêgo, a governança para essa definição, porque, obviamente, isso é um problema que foi aqui levantado pelo Senador Esperidião Amin, no caso de o Senado não chegar a uma definição.

Além disso, Ministro Dario, para reflexão, há, obviamente, um incentivo para que o Parlamento baixe a alíquota pelo modelo que foi proposto. Mas baixar para quanto? Baixar é justo? O incentivo é esse? Então, a gente precisa ter uma... Os economistas gostam de incentivo, mas qual é o incentivo? O incentivo é que o Parlamento, Barreirinhas, baixe a alíquota. E, se não há tempo, não há governança administrativa, cria-se um impasse entre a lógica política e os argumentos técnicos que foram elencados aqui nesta reunião.

Queria dizer, Ministro Dario, que nós estamos vivendo um período histórico. O Presidente Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, que foi guardião da Constituição Cidadã, em determinado momento, quando perguntado sobre a Constituição inteira, mas especificamente sobre a parte tributária dela, que significou uma reforma importante, porque ela aumentou o PIS-Cofins, instituiu a cobrança social sobre o lucro líquido, a fim de financiar a Seguridade Social do Brasil. Naquele momento, a gente mudava a lógica da Seguridade Social e ali foi feita uma reforma tributária. Ele disse que a Constituição certamente não é perfeita. E ela, por isso mesmo, abre possibilidades para emendas.

Aliás, o que nós estamos discutindo aqui é uma emenda à Constituição, que está alterando a própria Constituição, como previsto por Ulysses Guimarães. E é perfeita essa emenda, tão brilhantemente relatada pelo Senador Eduardo Braga? Obviamente que não. Mas nós teremos a mesma salvaguarda que Ulysses disse lá atrás valendo para este momento: "Nós podemos corrigir ali adiante". Então eu acho que isso é muito importante para que a gente não adie a implementação da reforma.

Eu queria dizer que não é justo o Bernard Appy, depois de ter defendido tanto e ter vindo tantas vezes, conversado inclusive comigo, pessoalmente, para aprovarmos a reforma, defender agora, do ponto de vista técnico, que a gente adie isso para 12 meses, quando o Governo é contra. Se o Governo não tivesse posição quanto a isso, eu acho que o Bernard Appy teria até liberdade para discernir do ponto de vista técnico o que ele imagina. Mas ele foi autor, então ele não pode defender o adiamento, Ministro Dario. Essa é a minha posição, e eu queria deixá-la pública aqui após a fala do Senador Esperidião Amin.

Eu queria dizer, Ministro... O Eduardo falou aqui: "Foi a primeira ampla reforma depois da Constituição, que foi menor do que essa em impacto e feita em período democrático". Isso é muito importante. Ela é - o Ministro Dario colocou algumas coisas importantes, e as pessoas estão certamente nos acompanhando pela TV Senado - uma reforma que tem muitos ganhos: a boa prática fiscal, a justiça tributária, o ganho de produtividade. Eu queria elencar alguns outros, assim, claramente: o estímulo ao investimento, a simplificação... O Senador Bagattoli falou aqui que hoje uma empresa é obrigada a contratar uma consultoria, que no Brasil normalmente é escritório de advocacia, para fazer um planejamento tributário, e são exatamente esses tributaristas os maiores...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Os que mais ganham.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - ... bilionários do país. Então, obviamente, isso está errado.

Então, ao simplificar essa reforma, Senador Bagattoli, nós estamos exatamente impedindo isto: que deixe de ganhar o senhor, que é empresário, para ganhar o escritório de advocacia, que orienta a sua contabilidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - E o planejamento fiscal.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - O planejamento fiscal, consultorias tributárias, Barreirinhas, que recebem desproporcionalmente ao salário de um servidor público de carreira, como é o senhor. Ou seja, isso não tem sentido.

E o adiamento da reforma, Ministro Dario, significa manter o sistema atual. Essa é a maior injustiça. E outra coisa: adiar a reforma é mais ou menos como se a gente, desejando montar em um cavalo no futuro, o alimentasse até a hora que ele começa a ser domesticado - lá no Nordeste a gente fala amansado, mas é domesticado hoje em dia. Você não tem como montar no cavalo só quando ele está 100% domesticado, senão você não monta nunca mais. O que nós vamos ter que fazer? Instituir o prazo máximo da implementação da reforma e garantir a conformidade para a gente corrigir o que está errado.

E aí eu queria fazer, Ministro, a primeira pergunta ao senhor e ao Barreirinhas, que eu acho que é a pergunta desta reunião. O Eduardo fez, assim, de uma maneira; o Esperidião fez de uma outra; e eu queria fazer de uma maneira clara. A reforma é neutra, Ministro? A reforma é neutra? A reforma é neutra, Dr. Barreirinhas? Isso é importante que os senhores afirmem ao Senado Federal, porque isso é uma premissa constitucional que precisa ser cumprida. E o TCU é o instrumento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - E o TCU fez o trabalho técnico para chegar à neutralidade da reforma.

Por que eu faço essa pergunta, com essa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. *Fora do microfone*.) - Neutra para quem?

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Não, neutra é: nem sobe carga nem baixa. É neutra.

Agora, por que eu digo isso, Dr. Dario? Porque tem um Senador muito relevante na história do Brasil, que não está presente aqui hoje, que é o Senador José Serra. Ele cunhou algumas frases muito conhecidas no Congresso Nacional. Uma delas é: se há reforma, cresce a arrecadação.

O Bagattoli concorda. Acabou de colocar aqui ao lado. Ele concordou imediatamente.

Mas, se a reforma é neutra, a frase de José Serra está errada. E se a frase de José Serra está certa, a reforma não é neutra, Presidente Vital.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone*.) - Neutra, não é, intersetorialmente.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Não, mas não precisa ser intersetorialmente. Ela tem que ser neutra de maneira agregada, porque senão é impossível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) - Mas você mora no setor.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Senão é impossível.

É verdade, eu compreendo.

Então, essa é a pergunta um, principal.

Segundo, Ministro Dario, eu queria perguntar ao senhor nesta audiência pública: o Brasil está preparado para implantar a reforma tributária? Está preparado?

Essa é outra pergunta relevante.

Eu queria, Presidente Renan, finalizar aqui a minha fala dizendo o seguinte, muito brevemente, Ministro Dario: nós estamos vivendo...

Hoje à tarde, o Eduardo já fez aqui alguns destaques, nós vamos votar os destaques ao PLP que foi aprovado na semana passada.

Este momento é muito importante, porque, de um lado, nós estamos definindo aqui a alíquota da reforma tributária. Do outro lado, nós estamos precisando cortar a despesa.

Eu acho que o Brasil, Ministro Dario, precisa de um programa mais ambicioso não apenas de ajuste fiscal, como disse aqui o Senador Alessandro. A gente, obviamente, precisa equilibrar contas para promover o desenvolvimento, mas o ajuste fiscal é só um instrumento. Ele não é o fim em si mesmo. E talvez ele não seja suficiente.

Por isso o senhor, ao colocar as palavras, tem alguma dificuldade e coloca a própria democracia como limitador das medidas, porque elas precisam ser acordadas entre nós. Isso é fundamental.

Mas eu vejo, Ministro Dario, quatro pilares como muito importantes: a responsabilidade fiscal de maneira mais ampla, que é reduzir privilégio, supersalário, benefícios fiscais injustificados e desperdícios. Aliás, a gente está fazendo isso um pouco.

Além disso, nós precisamos defender o fortalecimento dos investimentos públicos e privados. Para isso a gente tem que fazer cair a taxa de juros. Senão, não tem jeito. Não tem investimento com a taxa de juros do jeito que está. Na verdade, as pessoas estão com dificuldade de sobreviver. Imaginem investir.

O terceiro ponto, Ministro Dario, é a necessidade de justiça tributária. Quem ganha mais tem que pagar mais. Quem tem mais patrimônio tem que pagar mais. Quem vai transferir ao morrer herança tem que pagar mais do que quem nada transfere.

Não adianta a gente reformar só o consumo, Eduardo. A gente tem que fazer uma reforma mais ampla do que já fizemos na renda, porque nós isentamos quem ganha até R$5 mil, mas nós temos que cobrar mais de quem ganha muito. Senão, não tem como fechar essa conta.

E o último ponto, que é muito caro ao Presidente Lula, eu conheço porque estive ao lado dele, é a proteção social. A gente tem que preservar os programas sociais. A gente tem que garantir recurso crescendo para a educação mesmo que seja com outro critério.

Eu acho que a gente pode estabelecer o critério, crescendo com base no ano anterior. Acho que isso é importante, mas discutir esse critério é fundamental. Mesmo que esteja diminuindo população educacional e coisas dessa natureza, nós precisamos, Dario, esclarecer o ganho de produtividade. Você fez uma fala muito importante.

Se a reforma tributária, Barreirinhas, for mesmo o principal instrumento para ganhar produtividade no país, tem que deixar isso claro, porque esse é um discurso, inclusive o Senador Renan colocou há pouco isso aí, e também as oportunidades que levam a empregos melhores.

Eu vejo, Ministro Dario, que isso precisa ter um compromisso mais longo, talvez um plano decenal. A equipe da Fazenda liderada pelo senhor tem que fazer uma proposta maior do que um governo, porque senão a gente fica passando a ideia para fora de que todo ano a gente tenta resolver apenas o próximo ano. Não tem solução no próximo ano, infelizmente não tem.

Então, a gente precisa ter uma implementação mesmo que seja gradual com algumas metas. E a grande vantagem é que, se tiver um plano decenal, o resultado econômico é antecipado. A credibilidade fiscal vai fazer reduzir imediatamente os juros longos, e isso vai fazer fluir a economia com mais investimentos, com mais facilidade para o próprio Governo. A gente não precisa esperar dez anos, Ministro Dario.

Aí eu concluo aqui.

Os compromissos sociais do Presidente Lula estabelecidos em campanha eleitoral são simples de serem garantidos, até porque, cá para nós, nós nem temos despesa discricionária direito para cortar. Nós vamos ter que discutir as despesas obrigatórias, obrigatoriamente, senão a gente não tem caminho, e proteger os investimentos produtivos, os investimentos públicos.

E o ajuste pode ser fiscalmente potente e socialmente justo. Acho que esse é o grande desafio. Nós não precisamos, Ministro Dario, aí concluo, escolher entre equilíbrio fiscal e desenvolvimento. O que a gente precisa fazer é que um reforce o outro, que o desenvolvimento facilite o equilíbrio e que o equilíbrio fiscal fortaleça o desenvolvimento.

Essa é a tarefa deste final de ano, aproveitando este Congresso Nacional, porque vai vir um pior, vai vir um pior, mais difícil, Eduardo. Então, a gente tem que aproveitar este ano para a gente fazer essa mudança, ancorar as expectativas, domesticar um pouco a nossa curva de endividamento para que a gente alcance um caminho.

Então, eu queria finalizar dizendo que não podemos adiar a reforma tributária. Eu disse aqui ao Senador Izalci, que tem algumas dúvidas, que cortar incentivos fiscais em 10% lá atrás, o que nós fizemos, e agora estarmos aumentando para 20%... Por que é 20% de uma vez só? Porque, se a gente fosse cortar as nossas unhas cada uma com um comprimento diferente, Eduardo, já seria muito difícil, você imagina cortar incentivo fiscal com um comprimento diferente, um cortar cinco, outro cortar dois, outro cortar oito. Depois a gente ajusta, e o mais justo é cortar o incentivo fiscal agora de maneira linear.

Nós temos que fazer isso, mas nós temos que fazer mais, Ministro Dario: até o final do ano apresente um programa mais amplo para ancorar as expectativas. Não é justo o que o mercado está fazendo, com essa volatilidade tão alta. Não precisa estar acontecendo isso, o problema no Brasil também não é desse tamanho, mas a gente pode fazer mais, e eu acho que, com esse retorno do Presidente Lula dessa agenda internacional, muito bem-sucedida, a gente pode dar esses passos.

E um dos passos, Presidente Renan - e aí concluo mesmo -, é que a gente garanta desde logo que nós vamos implantar a reforma tributária, porque muitos desses que defendem adiar a reforma tributária são os mesmos que defendiam continuarem *bets*; são os mesmos que defendiam adiar a implantação da redução da jornada de trabalho para a escala 5x2 e agora defendem adiar a implantação da reforma tributária. O Brasil não suporta mais isso como não suportou nos outros dois temas.

Parabéns pela apresentação e muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Obrigado, Senador Renan Filho.

Concedo a palavra à Senadora Leany Lemos.

Com a palavra V. Exa..

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Para interpelar.) - Muito obrigada, Presidente.

Cumprimento, na sua pessoa, toda a mesa.

Nós estamos aqui diante de mais uma discussão ultrarrelevante no Senado, e eu queria aqui apoiar o Ministro Dario e todo o Governo, porque é muito difícil governar, é muito difícil estar no Poder Executivo. É preciso tomar decisões e, antes de tudo, liderar, mas é preciso também conciliar, e esse trabalho de conciliação e de construção de decisões é uma tarefa das mais difíceis.

Essa reforma, como disse o... eu já ia chamar o Senador Esperidião de Ministro. Ia ser um ato falho, viu, Senador Esperidião?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE. *Fora do microfone*.) - Ou uma grande aquisição...

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) - Ou uma aquisição, dito por uma das nossas grandes lideranças aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE. *Fora do microfone*.) - ... para o nosso Governo.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) - Essa reforma é discutida há mais de 30 anos e finalmente se conseguiu chegar a um consenso mínimo.

O Ministro afirma a baixa qualidade do nosso sistema tributário, altamente regressivo, e é verdade. Ele é ruim para as pessoas, ele é ruim para as empresas. Ele é obscuro para as empresas e é altamente regressivo para as pessoas.

Nós tributamos mal e também, como espelho, nós fazemos o mesmo no Orçamento. Temos alocação altamente injusta no nosso Orçamento, especialmente no não orçamentário, porque foram citados aqui os subsídios, as renúncias, os benefícios fiscais em geral. Nós somos altamente injustos, e essa aqui é uma crítica que o Congresso faz, que o Senado da República tem feito, que o Executivo tem feito, mas nós não temos tomado as iniciativas para que, como disse o Senador Renan Filho - desculpe, Presidente, Renan Filho -, nós tenhamos uma avaliação efetiva dos resultados desses benefícios, porque esses benefícios são concedidos em detrimento, muitas vezes, da população, sem resultados mensuráveis, sem benefícios para a sociedade, e eles continuam sendo oferecidos e somados nos níveis nacional e subnacional.

Toda reforma encontra resistência, isso é um clássico, está nos manuais, o *status quo* é resistente, e são naturais, são resistências naturais. Mas nós não temos que nos paralisar. Nós já encontramos um consenso mínimo, que permite hoje discutir... Nós estamos hoje discutindo alíquota, não estamos mais discutindo a reforma, não estamos mais discutindo a neutralidade da reforma.

Nós não podemos nos apegar a um sistema ruim, porque há dúvidas - que são naturais -, porque há inseguranças - que são legítimas. Mas nós não podemos nos apegar a sistemas ruins que não funcionam. O nosso sistema tributário hoje não funciona, e isso é um dado da realidade, nós não podemos brigar com a realidade, a realidade está dada. É preciso coragem para seguir em frente e aguardar os próximos passos.

O nosso Relator, Senador Eduardo Braga, já convidou - e foi já acatada pelo TCU - a cessão dos servidores para que as nossas Consultorias Legislativas, em colaboração com o Executivo e o TCU, possam avaliar a questão da carga dos 11% ou 11,3%, Senador Amin.

Bom, eu tenho aqui algumas perguntas.

Antes de passar para as perguntas - eu vou fazer perguntas talvez um pouco técnicas, mas que a Mesa, se não puder responder agora, pode encaminhá-las depois também para o gabinete -, eu queria falar sobre o ajuste fiscal.

Eu faço parte do grupo progressista - sou do PSB -, que apoia, que é a favor das políticas sociais, do incremento de políticas sociais e do combate à desigualdade, e de políticas compensatórias, ao mesmo tempo em que sou uma adepta do ajuste fiscal e da conciliação da responsabilidade fiscal com a responsabilidade social.

Eu apresentei uma emenda, Presidente, que trata da regressividade. Ela trata da dedução, no Imposto de Renda da Pessoa Física, dos gastos, das despesas com saúde. Hoje, na educação, nós temos um limite: um pouco mais de R$3,5 mil, e com isso há uma renúncia de R$6 bilhões. A dedução da saúde não tem limite e isso significa uma renúncia de R$36 bilhões. Senadora Tereza Cristina, se hoje eu quiser fazer uma cirurgia plástica, eu posso deduzir no meu Imposto de Renda. Isso não está limitado. Nós não colocamos nenhum limite e nós estamos pagando isso. É altamente regressivo.

Tem um estudo do Cemap, de 2020, que mostra que 88% da renúncia, Senador Eduardo Braga, vai para 20% da população. Os 20% mais ricos se apropriam de 88% dessa renúncia. Nós estamos redistribuindo para os mais ricos, estamos tirando dos mais pobres e colocando para os mais ricos. Ao mesmo tempo, 0,8% da renúncia vai para metade da população. Não é justo.

Então, em relação ao ajuste fiscal, eu tenho algumas considerações que eu farei mais tarde ao Plenário. Eu sou contra repassar ajuste para estados e municípios. Eu fui Secretária em dois estados. Não é justo atrasar aos estados uma expectativa de receita que eles já têm, com as suas LDOs e LOAs, nas suas assembleias. Isso não é ajuste estrutural, isso é adiamento, isso é ajusta-caixa, de que o Tesouro gosta, mas que não resolve o problema do ajuste como um todo.

Mas, independentemente disso, eu gostaria de dizer que eu tenho o maior respeito pela iniciativa que o Governo está tendo, com todas as resistências que tem, para que se faça um ajuste, inclusive maior e, muito bem pontuado aqui por diversos Senadores, que lhe seja dado uma visão de longo prazo.

Eu peço aqui atenção aos demais Senadores.

Eu apresentei um projeto, um PLP, que é da estratégia do longo prazo.

O art. 174 da Constituição Federal nunca foi regulamentado. É estratégia de desenvolvimento do longo prazo, de 20 anos, em que a gente tenha objetivos estratégicos, indicadores-chaves nacionais e possamos ter métricas claras, para que possamos ter um desenvolvimento, de fato, equilibrado. O que acontece hoje é que nós fazemos a gestão e o planejamento na LOA. Nós estamos apagando incêndio e não olhamos para o longo prazo.

O Senador Renan Filho, que foi Ministro, sabe bem disso. Para investimentos em infraestrutura, nós precisamos de um horizonte de, no mínimo, 16 anos - a Inglaterra faz 16 anos, a Alemanha faz 16 anos. No Brasil, nós temos o PPA, e o PPA não se ancora em nada. Eu fui Secretária Nacional de Planejamento, a gente ancorou o PPA numa estratégia que foi criada então, em 2023, mas nós não temos, Senadora Tereza. Nós precisamos ter uma visão de longo prazo.

Com isso, eu encerro, perguntando ao Ministro Vital do Rêgo, TCU, sobre os dados que são o Cesar, a ferramenta que foi desenvolvida por vocês. No mundo inteiro, quando se faz esse tipo de reforma, os dados são abertos, o código e os dados são abertos, para que as universidades e as instituições fiscais independentes, as IFIs, dos outros países, possam reproduzir o cálculo e testar as premissas. Então, eu gostaria de saber se esses dados serão abertos, porque eu acho que poderia ser um bom teste a gente ter outras instituições replicando o que vocês estão fazendo.

A outra questão eu queria endereçar ao Secretário Especial da Receita Federal, o Secretário Barreirinhas. O primeiro recálculo dos dados efetivos da CBS só alcança alíquota em 2029. Eu gostaria de saber como que nós faremos para acompanhar isso em 2027, separando débitos, créditos, regimes específicos... Esse acompanhamento da Receita seria muito importante para o Senado, para a gente entender, já que, só em 2029, nós teremos uma alíquota total. Então, eu acho que relatórios, ainda que fossem bimestrais ou trimestrais, seriam importantes para o Senado continuar tomando as suas decisões.

E ao Ministro Dario, por último... Eu sei que não é do ministério do Senador... Outro ato falho: chamando o Ministro Dario de Senador. Pode acontecer! O Projeto de Lei Orçamentária de 2027 prevê 637 bilhões para a CBS, é mais ou menos 4,3% do PIB. Eu não sei se esse cálculo incorpora o ganho de conformidade que foi considerado pelo TCU. Se esse ganho se confirmar integralmente, a gente vai ter uma diferença de algumas dezenas de bilhões de reais no Orçamento. Eu queria saber como o Governo pretende tratar essa diferença no planejamento fiscal de 2027.

Por último, o Distrito Federal, sendo economia fortemente baseada em serviços, tem algumas questões aqui que levantam uma preocupação. Uma empresa de serviços no lucro presumido paga hoje 3,65% de PIS e Cofins e vai passar a recolher 11,2% e poucos créditos a abater. Então, há alguma avaliação nos diferentes estados com seus diferentes perfis econômicos que o ministério e o TCU estão alcançando?

Eram essas as minhas considerações.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Agradeço.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

Em seguida, falará o Senador Rogério Carvalho, que é o último orador inscrito.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - MS. Para interpelar.) - Muito obrigada, Presidente Renan. E muito obrigada pela gentileza. Eu realmente estou superatrasada, mas, em uma reunião como esta, de alto nível, com discussões importantes, perguntas superpertinentes, eu queria fazer duas perguntas bem rápidas, dizendo tudo que nós já sabemos: nós temos uma carga tributária altíssima, e, para piorar a nossa competitividade, o nosso sistema tributário é muito complexo. E é para isso que nós estamos aqui fazendo essa reforma tributária. E ela foi discutida neste Congresso com a promessa da simplificação das regras e dos sistemas operacionais para o pagador de impostos.

E aí eu quero fazer uma pergunta: se realmente essa simplificação vai acontecer, porque ela é a esperança dessa reforma. Nós, pelo menos... É o que todo mundo dizia: se a gente não conseguir diminuir a carga tributária, se nós tivermos a neutralidade, a simplificação trará ganhos já muito efetivos para a nossa economia.

Então, eu fico aqui pensando o seguinte. Eu sou a favor também de não adiarmos, nós temos que colocar em prática, até para saber os erros que vão acontecer, os gargalos que virão. E aí nós estaremos aqui para corrigir aqui, neste Congresso, e também a Receita Federal, o Ministério da Fazenda, enfim, o Executivo estará lá para corrigir a tempo aquilo que nós precisamos entregar para a sociedade. Então, eu sou favorável a não adiarmos mais essa implementação e trazer essa simplificação tão almejada por todos nós.

Com isso, eu tenho certeza de que os investimentos virão. Se nós conseguirmos esse feito com a reforma, Ministro Vital do Rêgo, eu tenho certeza de que os investimentos, principalmente os externos, que hoje têm grande dificuldade, chegam no Brasil... E, olha, a gente não consegue entender, a gente não sabe nem que imposto pagar. Muitas vezes, as empresas ficam numa dúvida. É tão complicado que elas acabam, às vezes, desistindo, e vão embora, e trazem o dinheiro só para aplicar na nossa bolsa, em vez de trazer o recurso para o investimento tão necessário em diversos setores ali. Nós estamos falando em minerais críticos agora, nós estamos falando de uma série de coisas em que o Brasil tem possibilidade. Se a gente tiver um ambiente de negócio com uma tributação favorável, uma simplificação, eu acho que já ganharemos aí muito terreno pela frente e poderemos, então, depois corrigir a meta, a bússola daquilo que ficar faltando e ainda os gargalos.

Mas eu gostaria de fazer uma outra pergunta.

Então, eu acho que tem que ficar muito clara a simplificação no que o Governo vai mostrar e mostrar para o empresariado que realmente isso está acontecendo.

E a outra pergunta reflete uma preocupação com o momento atual da nossa economia, em que nós estamos enfrentando juros altos, sem perspectivas de redução da Selic - no curto prazo, pelo menos -, dadas as incertezas da política econômica atual. Então, é muito importante aquilo que o Senador Renan Filho falou: nós precisamos pensar no longo prazo. Quatro anos é muito pouco. Nós precisamos de políticas de Estado, principalmente quando a gente mexe na economia. Então, é muito importante, Ministro, que também tenha uma sinalização do que é que vai ser feito para os próximos... ou para os oito próximos anos, como uma política pública, para que a gente consiga baixar os juros no Brasil, porque senão nada vai acontecer. Não adianta política agrícola, política industrial; nada vai acontecer se nós não mexermos na essência, que são os juros mais baixos. Ninguém vai investir com esses juros.

Então, assim eu termino aqui a minha fala, perguntando: como serão os efeitos na inflação, no crescimento econômico e na mudança dos preços relativos após a implementação da reforma tributária? Talvez seja uma pergunta ainda um pouco antecipada, mas eu acho que vocês têm como, pelo menos, sinalizar o que é que vocês estão pensando daqui para a frente. Infelizmente, eu não vou poder ficar, vou ouvir depois a resposta de vocês.

Muito obrigada pela deferência.

Obrigada, Rogério Carvalho, por me deixar falar na sua frente. Você é muito gentil.

Obrigada e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE. Para interpelar.) - Sr. Presidente, inicialmente, o Senador Eduardo Braga, que está aqui e foi Relator do projeto de lei...

Eu tinha uma professora... Eu não fiz Direito, mas todo mundo que foi gestor de algum órgão teve que se iniciar no Direito Administrativo ou no Direito. Se é no movimento sindical, você vai se iniciar no Direito; se é na gestão pública, você tem que se iniciar no Direito, ou seja, o Direito está em tudo. E ela dizia que não há nada mais eficiente do que uma lei matemática.

Esta lei da reforma tributária foi um bordado que respeitou a regra do três, seis, nove, uma boa matemática, porque ela consegue...

E aqui eu quero cumprimentar também o Tribunal de Contas, na pessoa do Presidente Vital do Rêgo, Dario Durigan e todo o Ministério da Fazenda, Barreirinhas, todos vocês, pelo trabalho cuidadoso, sério, comprometido não com um Governo específico, mas comprometido com o Brasil, comprometido com o futuro do nosso país, ou seja, comprometido com a construção de uma nova institucionalidade tributária e até mesmo fiscal, porque a gente começa a dividir as coisas, mas está tudo interligado, fiscal, tributário, tudo, o monetário.

No Brasil, o monetário está mais vinculado ao fiscal do que a gente imagina. A nossa maior âncora fiscal invisível é monetária. Nós não investimos por uma âncora monetária, não é por gastos públicos, ainda que a gente precise melhorar o nosso gasto público, ainda que a gente tenha uma série de tarefas, mas nós temos um problema que é monetário, gravíssimo, que a gente precisa aprofundar para desmistificar um conjunto de falas quando a gente se refere ao ajuste fiscal, porque é monetário. Um país que depende de um ativo monetário, cuja economia está indexada a um ativo monetário que ele não controla, está subordinado a uma ancoragem fiscal invisível, que impede a gente de crescer, de se desenvolver e que massacra e retira muita riqueza do nosso povo.

A gente precisa aprofundar este debate sem paixões e sem se submeter às análises que estão dentro da caixinha, a partir de determinadas visões que, a meu ver, já não explicam mais a realidade que a gente vive hoje, até mesmo porque a geopolítica e a força dessa moeda universal também já estão sob questionamento e com muitas iniciativas para reduzir o papel dela de ativo, além de ser uma moeda de conversão que virou um ativo. Uma coisa muito complexa que interfere na vida do nosso país.

Então, voltando, eu acho que essa divisão é importante para a gente focar, e aqui nós estamos falando de uma reforma tributária.

Então, é fundamental, como disse a Senadora Tereza Cristina, que a gente não adie. Tudo que a gente adia é problema que vai se avolumar. O adiamento é avolumar problemas sobre a reforma tributária e, mais, sobre a gestão tributária do país. Se você adiar, imagine, vai ficar um limbo. Esse limbo só favorece o limbo gerado pela complexidade e a baixa qualidade da nossa estrutura tributária.

Quem mais reage e quer adiar não é quem, de fato, se profissionalizou. Não são as empresas que querem ter clareza de como operar num sistema com mais transparência, com mais efetividade; ou seja, não é isso. É quem ganha com isso. Ganham com isso milhares de escritórios de advocacia, ganham com isso centenas de milhares de empresas que fazem caixa com tributos, fundos; ou seja, nós precisamos dar nome aos bois, porque este debate não vai ser profundo e consistente se a gente não trouxer estas forças invisíveis que não querem que essa reforma tributária ande, porque vai deixar de existir um quinhão, um ambiente invisível, visível para quem opera no dia a dia, mas invisível para o discurso, para a sociedade, que, às vezes, fica iludida achando que está fora de tempo, que não é hora, que não sei o quê. Não, está tudo na hora, está tudo no tempo.

Eu fico muito feliz de participar deste momento histórico, porque, veja só, a gente vive aqui - e o Senador Renan tem trazido isso com uma certa insistência, inclusive o Senador Amin, com uma certa insistência - os gastos fiscais ou os benefícios fiscais, como queiram chamar, que ultrapassam 600 bilhões, e a maior parte deles são concedidos constitucionalmente, são definições constitucionais de benefícios.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Não, mas esses 600 bilhões são infraconstitucionais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE) - Não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Se colocar os constitucionais, vai acima de 600 bilhões.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE) - Pois então...

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (*Fora do microfone*.) - Oitocentos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE) - Oitocentos. Então, veja o tamanho disso.

Agora, com essa reforma, a gente consegue saber, com um sistema de vasos comunicantes, como é que vai ficar a tributação geral se você der benefício. Então, se se retirarem os benefícios, essa alíquota pode cair, mas a gente fez... Não fomos nós quem definimos; foi o debate político democrático que estabeleceu claramente quem ia pagar menos tributo.

Então, não adianta... E aí, nessa confusão, é preciso que quem paga tributo entenda que ser solidário à redução do tributo do outro pode significar que vai aumentar o seu tributo e vai reduzir o ganho dessas empresas, porque mais tributo geralmente reduz o ganho de algumas empresas porque elas vão ter que reduzir o preço dos seus produtos para garantir que o mercado absorva.

Então, eu acho que essa reforma, além de tudo, é pedagógica para quem legisla, para quem demanda do legislador; ou seja, ela vai trazer transparência.

E, por fim, eu quero dizer que esta reforma cria um sistema vivo, permanentemente em evolução, permanentemente sendo avaliado, permanentemente dando a oportunidade de a gente diminuir carga tributária, de a gente acompanhar com clareza, clareza, transparência tributária que a gente não tem.

Tem empresas gigantes que praticamente não pagam tributos; tem empresas pequenas que pagam muito tributo. Então, agora não; agora é transparente, é claro.

E mais: veja, a sonegação tem um grande inimigo, que é o próprio conjunto de empresários e de setores, um fiscalizando o outro, sem ninguém apontar ninguém. O próprio sistema vai revelando e vai obrigando aqueles que são, de fato, organizados e bons empresários e bons empreendedores, que cumprem suas obrigações, e a competição, a competição passa a ser honesta, minimamente honesta, justa, porque você está competindo com as mesmas regras, e não com a regra de um que tem mais capacidade jurídica, mais influência, e o outro que não tem. Pelo amor de Deus!

Eu quero cumprimentar esta Casa, as Casas Legislativas, mas também o Ministério da Fazenda, agora o Tribunal de Contas... O que vocês fizeram, nesses dias, é digno de nota. Sabe por quê? Porque foi de uma...

A sua apresentação, Ministro, foi de uma clareza, de uma... Foi uma equação matemática muito simples, que disse como é que foi e acabou-se!

Então, Presidente, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que estamos no caminho certo. Não vamos adiar.

E outra coisa: este momento é um momento em que a gente tem que fazer uma aposta. Se a alíquota, hoje... O ano que vem a gente está aqui, e os dados vão estar, como disse a nossa Senadora... Os dados vão estar públicos, para que a gente possa ver e a gente julgar, a partir de dados...

É por isso. Essa transparência, essa clareza que a gente vai ter com essa nova estrutura tributária vai favorecer o fiscal, vai favorecer a competição, vai favorecer os empresários que trabalham com seriedade, vai favorecer a população mais pobre deste país... É uma revolução que está sendo feita no nosso país.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Agradecemos ao Senador Rogério.

Nós vamos conceder a palavra ao Secretário Barreirinhas e, em seguida, ao Presidente Vital do Rêgo e, em seguida, ao Ministro Dario.

Antes, porém, só algumas perguntas de internautas.

Do Raphael, da Bahia: "Quais medidas serão adotadas para impedir que a soma da CBS e do IBS ultrapasse o limite de 26,5% e aumente ainda mais o custo de vida?".

Da Rayanne, de Minas Gerais: "Quais fatores influenciam a definição da alíquota de referência da CBS em 2027?".

Da Anna, de Goiás: "Como essa nova alíquota vai afetar os pequenos empresários, que, muitas vezes, já têm dificuldade para manter seus negócios?".

Do Rodrigo, de São Paulo: "Se o Senado reduzir a alíquota abaixo dos 11,3% [estimados pelo] [do] Tribunal de Contas da União, quais exceções da reforma teriam que ser revistas para manter a arrecadação?".

E, por fim, do Domingos, do Rio Grande do Sul, que fala: "A voracidade tributária afeta principalmente a pequena empresa, a qual deveria ser protegida.". É a pergunta que ele faz.

Concedo a palavra ao Secretário Barreirinhas.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) - Obrigado, Presidente.

Obrigado aos Senadores pelas perguntas, que permitem que a gente possa esclarecer alguns pontos e participar desse debate, colaborar aqui com o debate nesta Casa.

Eu fui anotando aqui as perguntas relacionadas à Receita. Anotei todas aqui, se a gente precisar fazer um *checklist*.

O Senador Eduardo Braga fez aquela pergunta em relação à base, de 2024/2025. Eu tenho dito para Parlamentares, Senadores, que os senhores fizeram um trabalho maravilhoso de arquitetura. A lei realmente é uma construção bonita, são os Oscar Niemeyer da reforma tributária. Nós, da Receita, dos fiscos estaduais, eu diria até do Tribunal de Contas, somos agora os operários ali, os mestres de obra que estão construindo. E, como numa obra, às vezes acontece de a gente ter que ligar para o arquiteto e falar: olha, aquilo lá que você falou não dá para fazer daquele jeito. Esse aqui é um dos pontos, para mim é um exemplo claro, porque ele prevê que a gente fizesse aquele cálculo em relação ao PIB de 2012 a 2021 e o aplicasse na base 2024/2025 agora para 2027. A questão é que os dados de 2025 são entregues pelos contadores em julho de 2025... de 2026. Deste ano. E os contadores muito normalmente passam esse segundo semestre fazendo retificações. É que nem a nossa declaração do Imposto de Renda: muita gente entrega para não perder o prazo e depois vai retificando. As retificações ainda estão acontecendo.

Então, na prática, seria impossível fazer isso com o dado de 25. E nós analisamos vários cenários, podemos, quando enviarmos aqui os técnicos, debater os outros cenários, como o senhor mencionou, mas percebemos que o *trade-off* para usar outro dado menos preciso não valeria a pena, porque a mudança de base de 2024/2025 para 2023/2024 não mudaria tanto o resultado. É a opinião nossa, da Receita, e do Tribunal de Contas. Nós entendemos que não vale a pena essa mudança, pegar um dado menos preciso para dizer que a gente está pegando 2024/2025, mas, na verdade, seria um dado menos preciso.

E já adianto que, para o ano que vem, é menos possível ainda, porque no ano que vem a gente não tem os 45 dias a mais. Nós temos que entregar para o Tribunal de Contas a metodologia no dia 31 de julho. É o prazo para os contadores ainda apresentarem. Não tem como, não vai ter como. Ou bem a gente tem que mudar a data da lei...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Vamos ter que mudar.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - ... a data da lei, ou a gente vai sempre explicar para o Tribunal de Contas: olha, não tem como ser viável isso.

E até perguntei para o Claudemir antes de vir aqui: e se a gente agora, quando pararem, quando estabilizarem essas retificações, quanto tempo a gente precisa para fazer esse cálculo? Pelo menos três meses sem parar, não é um cálculo de... É uma extração complexa de todos os dados, de todas as declarações, uma base de 22 milhões de empresas, que não é só pagamento em dinheiro, como o Senador sabe, é compensação, é parcelamento, é uma série de cruzamento de dados que demanda muito tempo para fazer esse saneamento, esse tabulamento com transparência. Porque os dados que a gente apresenta para o Tribunal de Contas são todos planilhados, todos conferíveis.

Então, realmente, a gente tem esse desafio de impossibilidade de cumprir exatamente o que está na lei, explicamos isso para o Tribunal de Contas e ele concordou conosco nesse ponto. Mas, evidentemente, estamos abertos para apresentar e analisar os outros cenários possíveis.

Eu só gostaria de insistir que 11,3%, calculados por fora, não é muito maior do que 9,25% do PIS/Cofins, calculados por dentro. Eu fiz até uma conta. A gente não está nem falando do ICMS. Eu entrei aqui no Google para ver quanto que é o ICMS na minha conta de luz: 20%, calculados por dentro; 20% do ICMS calculados por dentro é um quarto da conta. Se eu recebo uma conta de luz de R$100, significa que R$80 são energia e R$20 são ICMS, sem falar de PIS/Cofins. Então a carga hoje já é absurdamente alta. Se somar isso com PIS/Cofins, dá facilmente 30%, 40% a carga disso daí. Então, na verdade, a carga tributária brasileira já é pornograficamente alta. O que a gente está fazendo aqui é deixando isso evidente e reduzindo a carga por conta do ganho de conformidade, por exemplo, como a conta feita. Assusta, mas é que realmente a carga já é muito alta no Brasil. E eu acho que esse é o grande debate que a gente vai ter oportunidade de mostrar aqui em casos concretos.

Foi perguntado, pelo Senador Izalci, agora em relação às instituições financeiras. As instituições financeiras têm uma peculiaridade muito grande: tem muitos países que têm um regime completamente apartado. Ele não compra uma mercadoria, vende; ele não presta um serviço a rigor. Ele pega dinheiro emprestado, paga para quem empresta juros e ganha juros do outro lado. Então, é um valor agregado absolutamente diverso de qualquer outro setor da economia. Isso é no Brasil e em todos os outros países. O Senador Eduardo Braga sabe disso. A gente analisou muitos outros países. Então, é um regime específico para as instituições financeiras. Isso foi debatido no Congresso e foi fixado, na Constituição e na lei

complementar, que ele teria não só um regime específico como a manutenção da carga calculada de maneira específica. É por essa razão que essa manutenção da carga que está na Constituição já foi pré-fixada na lei complementar. Aqui não teve trabalho nosso. Tem uma tabelinha ali das alíquotas que, por todos os estudos que foram feitos, simplesmente mantém a carga do setor financeiro dentro daquela transição. Por enquanto, vai ter uma parte ali que é a tributação nova, da reforma, e um pouco do ISS. A partir de 2029, o ISS vai sendo diminuído, vai sendo substituído para IBS, mas a lei complementar já manteve a carga no período todo. Então, aqui não tem trabalho nem da Receita nem do Tribunal de Contas, mas, de novo, estamos à disposição para participar de qualquer discussão nesse sentido.

O Senador Jaime Bagattoli perguntou e outras perguntas houve em relação à transparência e também das vantagens da reforma. A grande vantagem, adianto desde já, é a transparência. Todo o debate que nós estamos tendo aqui é impossível ter no sistema atual. Nem a gente sabe direito qual que é a carga. Tem aquela lei antiga do Congresso que diz que nas notas tem que ter o destaque. Ninguém consegue fazer. Todo mundo coloca lá: estimativa conforme o instituto tal. É absolutamente impossível chegar a uma carga real com tantas exceções que nós temos aqui. Agora não mais. Isso aí vai estar totalmente transparente.

Alguém também perguntou: "Mas e o crédito que eu vou ter?". O crédito é vinculado ao pagamento. Como que eu vou saber isso? Clicando um botão. Vai estar lá na apuração assistida na hora, *online*. Na hora que o seu fornecedor pagar, vai estar em tempo real.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Em tempo real.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Em tempo real. O pessoal chama de tempo de máquina, o tempo de processar. São milissegundos. Na hora que pagou, vai aparecer lá que está pago, e você pode aproveitar. Se não pagou, pode pegar o telefone e ligar para o teu fornecedor e negociar com ele, falando: "Você não pagou o seu tributo...".

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - PB. *Fora do microfone*.) - Então, paga por vez.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Isso. Provavelmente...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - PB. *Por videoconferência*.) - Aí você não compra mais.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Exatamente. Provavelmente o adquirente vai ligar para o fornecedor e dizer: "Olha, você está me prejudicando".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Exatamente.

Com o *split* totalmente implementado - no ano que vem ele vai ser opcional -, o empresário vai ter o RAD, que é o recolhimento pelo adquirente, que basicamente é uma retenção na fonte de recolhimento, mas que depende também da concordância do fornecedor.

Agora, quando o *split* estiver totalmente pronto, esse problema deixa de existir. Já no pagamento há separação em toda a cadeia e deixa de existir essa questão e todo o problema de evasão. É daí que o Tribunal de Contas compreendeu que teria um ganho de 40 bilhões, que está refletido na redução da alíquota de referência para todo mundo.

O Senador Amin também fala da alíquota em relação à média dos países. Eu só quero reiterar que não é exatamente correto comparar 11,3% de alíquota de referência com a alíquota da Hungria, por exemplo, porque na Hungria não tem *cashback*, não tem um monte de isenção, não tem redução de 50% para a construção civil, não tem redução de 70% para locação, não tem redução de 60% para serviços de educação e saúde. Teria que calcular com a alíquota média. E aí, quando se pega a alíquota média, ela é bem mais baixa do que de muitos países aí, é uma alíquota compatível. E foi uma decisão do Congresso Nacional muito válida, de dar um ar de progressividade aqui.

Teve um repórter um tempo atrás, Senador, que me perguntou: "Mas vocês não queriam, você não acha que tem que cortar?". Eu falei: "Eu não". Eu acho que de certa forma ficou bom, porque para a população mais humilde a CBS vai ser zero. Se a maior parte da minha renda eu uso na cesta básica, locação - locação para pessoa física, até três imóveis e tal, é isento -, aluguel, água, luz, tem *cashback* direto na conta. A maior parte do consumo dessa população...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Gás tem *cashback* na conta, energia tem *cashback* na conta.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - É isso. É zero. Então, foi uma decisão do Congresso Nacional que deu uma progressividade. Ora, se tem uma progressividade e alguém está pagando zero, alguém vai pagar uma alíquota nominal um pouco maior. É a regra da progressividade mesmo. O Congresso Nacional é soberano para decidir isso, e eu não sou crítico, não, eu acho que foi bem ali. Eu acho que com o tempo, Senador - isso foi dito na tramitação -, quando a população entender que o *cashback* funciona, o Congresso vai ter mais ferramentas para mexer isso lá na frente e falar: "Olha, eu posso reduzir esse benefício e devolver não só para...".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - É, eu posso beneficiar... Na hora em que a gente tiver o sistema pronto, vocês vão ver que se pode beneficiar não só o pessoal do CadÚnico, pode se beneficiar outras faixas de renda. "Olha, você vai ter direito a uma restituição." Aí eu consigo diminuir algumas reduções e dar *cashback*. Essa transparência, eu tenho certeza, é o maior ganho da reforma tributária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - E o aumento da base também.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - É, o aumento da base. E é realmente uma reforma do investimento, disso a gente não tem dúvida nenhuma, ela incentiva muito o investimento. Quem investir pega todo o crédito imediatamente ou tem o ressarcimento, o abate.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Todo bem de capital, ele já vai ter...

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Todo bem de capital, todas as contas, prestação de serviço, tem muito setor que tem muito gasto com publicidade, que não se credita e vai passar a se creditar.

A restituição é uma crítica que nós recebemos com humildade e com razão. A gente demora, às vezes, mais de um ano para restituir, é o que a gente está discutindo aqui, redução de compensação. Com a reforma, vão ser 30 dias para o bom contribuinte, 30, 60 e 90. Isso nunca existiu no Brasil. O exportador vai receber ali, em questão de um mês, dois meses, a restituição. Isso é garantido na lei complementar. Esse ganho não tem preço para quem investe no país.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone*.) - Como se fosse capital de giro.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Totalmente, totalmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Fica, porque a gente... Sabe por quê? Porque a gente - aí, defendendo a Receita - demora muito para fazer análise de se ele tem realmente aquele direito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - E alguns estados não tinham nem lastro.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Exatamente. Os estados diferem muito mais ainda, mas muitas vezes por isso, tem uma questão de lastro e uma questão de capacidade de processar tanto pedido. Aqui vai ser automatizado.

O Senador Renan Filho perguntou, e a gente respondeu na hora: "A reforma é neutra?". É neutra. É matemática, como foi dito também. O Claudemir está aqui, o nosso calculista da Receita. É uma conta de chegada em cima daquela conta.

E o Senador perguntou, acho que talvez uma pergunta muito importante em termos de sistema: "O Brasil está preparado para implantar?". Sim, está preparado. Mas isso não significa que 100% das empresas vão estar em janeiro. A gente tem essa responsabilidade de saber que nós temos 22 milhões de CNPJs ativos. Se 1% tiver problema, é pouco. A gente não vai adiar por causa de 1%, mas 1% são 220 mil empresas, que vão estar, sim, ligando na Receita, ligando para o Senador: "Está vendo? Não está pronto". A gente sabe disso.

A boa notícia é que nós já mapeamos isso com o Conselho Federal de Contabilidade, com o Sebrae, e vamos contatar todos eles. A boa notícia é que, para quem não estiver preparado em janeiro, nós temos um plano. A Receita Federal não vai ser um leão escondido esperando: "Ele errou; vou lá pular em cima". Não! A gente já está se antecipando. Estamos vendo quem deve ter problema, estamos avisando agora e, quando ele errar lá na frente, a gente vai avisar de novo. Essa é a lógica do programa de conformidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Por isso esse ano foi pedagógico.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - E vai ser, e vai continuar sendo com o nosso programa de conformidade de 2027 também, Senador. Se lá em janeiro, fevereiro, a empresa emitir um documento fiscal e errar, mas errar de boa-fé - ela não escondeu o fato gerador, não escondeu o valor, fez a análise que entendeu correta, seguiu o contador dela -, isso vai estar no programa de conformidade. E errou. Talvez eu errasse, o senhor errasse, a gente está aprendendo conjuntamente.

E o comitê gestor, aquele órgão consultivo que é o Chat (Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias), vai demorar meses para analisar esses casos. Aí, em novembro - é fácil ser engenheiro de obra pronta, não é? -, em novembro, ele vai dizer: "Lembra aquela nota que você emitiu? Estava errada. Está aqui a multa"? Não! O que nós estamos dizendo é isto: a regra vai ser que, se eu interpretei, vale daqui para a frente. Eu vou orientar o empresário, inclusive dando prazo para ele... Porque às vezes ele errou a interpretação, construiu o negócio dele e fixou o preço daquele jeito. Ele vai ter um prazo para se adaptar. Essa é a proposta do Ministério da Fazenda, da Receita Federal.

De novo, nós temos um irmão siamês, que são os estados, o Distrito Federal e todos os municípios brasileiros. Nós estamos com essa discussão para convencê-los disso, mas o Presidente Flávio César já compreendeu que, como a arrecadação efetiva no ano que vem é da CBS, a Receita Federal, caso não haja consenso, vai implementar um programa de conformidade para fins da CBS, dando esta diretriz: "Olha, se você seguiu a norma ali do Conselho Federal, o Conselho Federal fez uma consulta para a Receita Federal, dizendo: 'Olha, a gente tem dúvida disso, já estou interpretando, e eu acho que esse aqui é o correto'. Se o contador seguir a orientação do CFC e depois eu discordar, eu não vou retroagir para punir". Tudo isso está nessa norma de conformidade que nós esperamos divulgar.

Eu tenho uma reunião amanhã com o comitê gestor, eu vou apresentar novamente tudo isso e qualquer que seja a decisão, fazendo juntos ou não, nesta semana ou na próxima, nós vamos divulgar essas regras de conformidade, que vão dar tranquilidade para o empresário brasileiro.

A Senadora Leany Lemos perguntou em relação ao recálculo e o acompanhamento disso. A bela construção feita no Congresso Nacional prevê exatamente uma evolução também, como foi dito aqui. Todo ano nós vamos ter que apresentar o cálculo, o TCU vai apresentar, nós vamos vir novamente aqui, só que com uma grande vantagem: no ano que vem a gente vai ter muito mais dado, a gente vai saber a execução. Por enquanto, a gente está prevendo tudo, estimando. No ano que vem, a gente já vai ter dados reais da arrecadação. E o Senado não vai precisar esperar julho ou setembro, quando o TCU mandar. Já em março nós temos a primeira bimestral que nós somos obrigados a apresentar. Vai ser uma bimestral bem concorrida, porque já vai ter a primeira arrecadação em fevereiro. Então, os senhores e a população vão querer saber: "E aí? Quanto está entrando de CBS?". E a gente vai apresentar. Aí a gente vai ver se a gente acertou ou um pouquinho para mais ou para menos, porque, veja, nós estamos tratando de um orçamento gigantesco aqui. Fizemos o melhor possível, com um debate extenso dentro da Receita e com o Tribunal de Contas, mas nós vamos ajustar isso ao curso, e, repito, esse ajuste ao longo da trilha está previsto na lei complementar. Então, com esses dados novos, em 2027, nós vamos propor ajustes na metodologia para o Tribunal de Contas, que certamente vai ter também um *know-how* maior no momento de calcular. É um processo longo, mas esse talvez seja o ano mais difícil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Esse é o grande segredo.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - É isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Esse é o grande segredo.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - A Senadora Tereza Cristina perguntou da simplificação. Ao lado da transparência - a Senadora saiu, mas eu passo para ela -, esse é o maior ganho da reforma tributária. A simplificação é gigantesca. Só de pensar que hoje nós temos mais de 5 mil cadastros fiscais no Brasil... Cada município tem um número de cadastro fiscal, cada estado tem uma inscrição estadual, além do CNPJ. É uma loucura, gente. Um empresário que vende mercadoria para o Brasil inteiro tem que ter um escritório todo ou consultores para conhecer a legislação de cada Estado brasileiro. Isso acaba. Isso vai acabar. Em relação ao ICMS e ISS, tem um percurso um pouco mais longo até 2032, mas, ao final disso, nós vamos ter uma norma única.

E mesmo na norma federal, eu sou o primeiro a reconhecer que o regulamento do PIS-Cofins é uma coisa de doido. São mais de 800 artigos e, ao longo de décadas, ele foi sendo tão remendado com benefício aqui e ali que é incompreensível em

muitos casos. Nós temos que reconhecer que ele é incompreensível. É muito difícil até para o empresário se programar. É evidente que essa mudança de chave...

Aí eu também respondo a uma pergunta que foi feita por alguns que estão com receio e pedem para adiar, inclusive o nosso colega, o nosso amigo Bernard Appy. Nós recebemos esse tipo de receio com muita humildade, porque a gente já sabia que isso ia acontecer. A gente está trocando toda essa complexidade, que é uma complexidade irracional, é o pior sistema tributário do mundo, mas é o sistema tributário que está aí há 60 anos, as pessoas estão confortáveis nele, é uma loucura conhecida do empresário, e a gente vai fazer uma mudança muito drástica, a gente vai mudar tudo isso à meia-noite do dia 31 de dezembro. No primeiro segundo do dia 1º de janeiro, o sistema já vai estar *online* para, na emissão do documento fiscal, já aparecer a CBS na plataforma nacional. Nós estamos preparados para essa virada de chave, mas é evidente que isso gera receio. Mas geraria receio hoje como geraria receio em novembro do ano que vem. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - Presidente, eu posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Pode, claro, sempre.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Pela ordem.) - Apenas a título de sugestão, Barreirinhas. Quando da divulgação da norma de... Como é que você chama a norma de... De concordância, não é isso?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - De conformidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - Norma de conformidade.

Por que você não torna público para o contribuinte nacional o sistema que está desenvolvido para que as pessoas possam tomar conhecimento do sistema? Nós fomos lá, vimos e acompanhamos que ele está desenvolvido e implementado, mas o contribuinte talvez não tenha essa consciência, não tenha a confiança de que o sistema está desenvolvido.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS - Senador, esse foi um dos pedidos que o CFC fez para a gente e nós já o acolhemos. Hoje o nosso sistema, o Beta, está funcionando desde janeiro. Até o Presidente foi inaugurar, lá no Serpro, o sistema com os dados reais, aquele que já processou 35 bilhões de documentos, que estão lá. Agora, o sistema de testes, aquele que o pessoal coloca, entra na apuração assistida, vê a pré-preenchida, está aberto para 500 empresas. Nós recebemos esse pedido do CFC, já concordamos, já demos a ordem para o Serpro e, nesta semana, esse sistema deve estar aberto para todas as empresas brasileiras. Nesta semana, o senhor pode me cobrar.

Então, 100% das empresas não precisam mais acreditar no Barrerinhas, podem entrar lá e ver a apuração assistida, podem brincar, jogar lá no documento fiscal vai aparecer na apuração assistida, podem fazer retificação. Vai ser importante. Nós vamos dar treinamento junto com o CFC.

Em relação ao treinamento, Senador, é interessante dizer que nós fizemos um treinamento que foi o maior treinamento da história do direito tributário do Brasil com o CFC: 18 módulos que estão lá no *site* do CFC e da Receita Federal, com mais de 1,5 milhão de acessos.

Todos os módulos ali da reforma tributária têm aulas, às vezes de 3, 5 horas, porque são vários técnicos, contadores, auditores, explicando cada detalhe do sistema.

É evidente que para o empresário é muito denso isso, mas os contadores, que são os profissionais que vão realmente fazer a engrenagem funcionar, estão sendo treinados.

E, a partir de agora, nós vamos fazer outros treinamentos com o CFC, especificamente isso, abrindo o sistema e do RAD. Nós já vamos começar a fazer o treinamento do RAD para eles aprenderem a fazer o ajuste, a retenção ali no momento da compra - se for uma opção do empresário - e o treinamento do módulo de ajuste da apuração assistida também.

Tudo isso, o senhor pode me cobrar. Neste mês já está aberto e, no mês que vem, em dezembro, nós começamos esse treinamento intensivo, temos pouco tempo, mas há tempo, porque os ajustes, repito, vão ser feitos a partir de fevereiro do ano que vem. Mas esse *insight* que o senhor teve - muito bom - foi nos trazido já pelos contadores e já está atendido.

Eu dizia da simplificação, a simplificação o senhor conhece bem. É isto: a legislação, o cadastro vai ser um só, o CNPJ é número único, nós temos a CIB.

Hoje, Senador Renan Filho, ninguém sabe quantos imóveis a gente tem no Brasil. O senhor sabe que mais de 40% dos imóveis são considerados irregulares. Isso vai acabar ao longo dos anos, conforme todos forem sendo cadastrados nesse sistema unificado CIB, que não é da Receita Federal, é do Brasil. Ele é compartilhado com cartórios, com municípios,

com os estados. É o que o pessoal está chamando de CPF do imóvel. Isso é uma simplificação, uma mudança em termos de simplificação gigantesca para a população brasileira.

Eu creio que eu passei, ainda que rapidamente, nos pontos mais voltados aqui, Presidente, à Receita Federal, mas estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Agora, numa sequência, vamos ouvir o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (Para expor.) - Vou ser bem objetivo, até porque eu estou me lembrando do tempo de Senador, Eduardo. Essas sessões longas, porque eram muito boas. A gente traçava...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Aqui nós já estamos negociando a próxima pauta. *(Risos.)*

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Então, vou ser bem objetivo, até porque, parabenizando a tua pergunta, nós realmente fomos conservadores e prudentes quando chegamos a 15,9 por conta... A Receita chegou a 15, nós chegamos a 15,9, por ser o primeiro ano. Certamente já vamos ter ajustes, porque acreditamos muito na eficiência tributária.

Todo esse ato vai ser muito melhor por conta do estilo e da modelagem da eficiência tributária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - Presidente Vital, Ministro e Secretário, eu acho que esse é o único ponto que nós temos para discutir.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - Quanto devemos ser conservadores em relação ao hiato.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Ao hiato.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - Por quê? Porque todo o parâmetro da OCDE mostra que esse hiato é muito menor. E o nosso sistema, que o Barreirinhas acabou de falar, é talvez um dos melhores do mundo.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Mais eficiente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - Um dos mais eficientes do mundo, porque a nossa nota fiscal eletrônica hoje é *benchmark* no mundo, está certo?

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) - E o nosso sistema de bancarização digital também é *benchmark* no mundo.

E o que nós estamos falando desse *split payment* é exatamente a conjugação dos dois modelos. Eu acho que esse é o ponto que vai ser mais discutido aqui no Senado, é esse intervalo...

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - E o senhor pode ter... Já foi deferida aqui a presença dos nossos técnicos, que vão dar total assistência na construção, até por ter essa flexibilidade, porque, repito, nós somos prudentes por ser primeiro ano, não podíamos olhar para a frente, porque só temos que olhar para trás, né? Chegamos a esse número, a Receita chegou a 15, mas certamente pode haver uma flutuação aí.

Com relação ao Izalci - meu abraço ao Izalci -, tudo o que nós colocamos nas fórmulas está previsto na lei complementar.

Querido Senador Esperidião Amin, eu quero parabenizar a sua preocupação com o gasto tributário. Nós temos um estudo ano a ano do gasto tributário, que é um mantra lá no TCU, achamos que... Muito já foi feito, Ministro, muito já foi feito - vi os seus esclarecimentos -, mas muito ainda pode ser aperfeiçoado.

Quero cumprimentar... É sempre prudente e serena a participação do meu amigo Alessandro Vieira, inclusive porque ele é um permanente vigilante como Senador da República.

A Senadora... Fiquei perguntando ao Presidente Renan sobre a senhora, aí o Presidente me disse que a senhora era uma Consultora e estava chegando à Casa, mas a sua fluência, as suas perguntas, a sua objetividade realmente me encantaram. Eu acho que, já lhe respondendo...

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) - E de origem paraibana. Olha só!

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Que bom, minha conterrânea.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) - Sua conterrânea. Meus pais vieram da Paraíba. Meu pai veio em 1958, candango, e trabalhou na construção do Congresso Nacional. Ele é candango igual ao Barreirinhas, que disse que é candango.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Qual a cidade?

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) - Itaporanga.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Itaporanga.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) - O melhor São Pedro do Brasil.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - É, porque o São João está em Campinas.

O Cesar, sobre o qual a senhora perguntou, é um sistema que está aberto, só que as restrições que temos são as restrições que a Receita Federal tem, que são restrições constitucionais. Para você ter ideia, nós só acessamos a sala cofre da Receita mediante um treinamento, que o Ministro colocou aqui com muita propriedade. O TCU garantiu o sigilo pela responsabilidade constitucional que tem.

Senador Renan Filho, o senhor colocou com muita propriedade, perguntou se a neutralidade existirá. Nós certificamos que a neutralidade existe, até porque existem duas premissas: neutralidade e equivalência. A neutralidade é o comportamento do sistema para não agredir aquele que está sendo tributado. E a equivalência é a carga que não pode ser diferente, a carga do sistema não pode ser diferente.

Por fim, Eduardo - o Presidente Renan, pai, saiu, mas o Presidente Renan Filho pode transmitir isso -, eu queria dizer que o principal resultado de hoje aqui é que o Senado Federal, a partir da sua Comissão de Assuntos Econômicos, disse não ao adiamento da reforma. Todos os Senadores de todas os matizes partidários tiveram a compreensão histórica de dizer não à reforma.

E a segunda...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) - Não ao adiamento.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - Desculpe, não ao adiamento. E a segunda grande... Não ao adiamento, me desculpe, obrigado.

E a segunda grande certeza é que o Senado Federal, o Congresso Nacional, acho que o Senado Federal - o Congresso Nacional - fez a Lei Complementar 214, que é extraordinária.

Eu quero me dirigir a V. Exa. como Relator. Essa lei foi, não vou dizer completa porque não tem 100% completa, pode haver alterações e acertos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO - É, mas durante toda a metodologia, o estudo metodológico da Receita, os nossos técnicos encontraram respostas às suas dúvidas na própria lei. Então, a gente mostra que a eficiência da lei é resultado do trabalho de V. Exa. como Relator, mas de todo o conjunto do Congresso Nacional.

Com essas palavras, eu me coloco novamente a discussão, porque é nosso dever de ofício estar aqui no Senado Federal para ajudar, Presidente Renan, a nossa reforma e as dúvidas que serão esclarecidas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Agradeço ao Presidente Vital do Rêgo, Presidente do Tribunal de Contas da União, e parabenizo a toda a equipe. Aliás, o Tribunal de Contas, sempre que instado a se transformar, o faz competentemente.

Parabéns, Presidente Vital! É certamente um trabalho histórico do Tribunal, pela primeira vez se debruçando em questões tributárias com esse nível de profundidade.

Queria passar a palavra ao Ministro Dario, para encerrarmos com a fala dele a presente reunião.

O SR. DARIO CARNEVALLI DURIGAN (Para expor.) - Muito obrigado, Senador Renan Filho. De novo, peço desculpas pela minha voz aqui, ainda estou me recuperando.

Eu queria, primeiro, agradecer a oportunidade de estar aqui, enquanto Ministro da Fazenda do Presidente Lula, fazendo este debate que é tão proveitoso ao país, Senador Eduardo.

Aqui agradeço, nas pessoas da Senadora Leany e do Senador Alessandro, que ainda remanescem aqui, aos demais Senadores. É tão importante que a gente viva momentos mais duros de acirramento de ânimo, mas rapidamente a gente se

reorganiza e volta ao bom debate dos temas mais importantes da República. Então, é uma alegria muito grande estar aqui, e recebo tudo que foi colocado, inclusive aqui pelo TCU, Barreirinhas, com extrema abertura para que a gente aprimore, aprofunde, ouça o que foi colocado e siga melhorando. Esse é o nosso compromisso.

Da mesma forma que o Presidente Vital do Rêgo colocou, eu queria agradecer, na pessoa da Dra. Juliana, a toda a equipe do TCU e também à equipe da Fazenda. A Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Anelize, está aqui, acompanhou a reunião toda conosco.

A Anelize ali. *(Pausa.)*

Por favor, Anelize. *(Palmas.)*

Ela foi fundamental no processo de elaboração e aprovação da reforma tributária. Tem trabalhado também com estados e municípios à frente dos procuradores. Então, na pessoa da Anelize, para além do Barreirinhas, a quem já agradeci, agradeço à equipe da Fazenda.

Acho que são duas frentes aqui, vou procurar ser breve. Primeiro, sobre a reforma tributária, Senador Eduardo Braga, o compromisso meu e do Ministério da Fazenda com a transparência é completo. Então, tudo o que for possível e que nos for autorizado por lei, que não ferir o sigilo fiscal, que não expuser a liberdade, a intimidade das pessoas, vai ser compartilhado. Já foi com o TCU, tem sido com o Senado e será com a sociedade brasileira. Eu não tenho nenhum receio, nenhuma restrição com transparência. Ao contrário, sou um dos grandes defensores... quanto mais transparência, quanto mais as coisas estiverem à luz do dia, melhor.

Com relação ao impacto na inflação, eu acho que esse é um tema fundamental. Acho que pode ter algum pequeno impacto na inflação, mas nós estamos passando por um processo em que os empresários vão aprender a precificar o seu bem, o seu serviço, de acordo com a nova legislação tributária, considerando o que há de crédito a ser considerado e o que há de débito, de sua responsabilidade, a ser feito. Ao entender bem essa precificação, que vai ser feita nos próximos meses, com um vagar, nós vamos ter uma redução desse impacto inflacionário. Mas nós vamos seguir acompanhando isso muito de perto, do lado do Ministério da Fazenda. Não tenha nenhuma dúvida quanto a isso.

Em relação aos contadores, eu estava comentando com o Senador Izalci que nós fizemos um gesto fundamental de entender que a maioria das empresas do Brasil conta com o contador, para ser redundante, e eles estão se vendo como um agente de conformidade. Então, a nossa lógica do Governo é por pedir e impor uma conformidade à estrutura do Fisco, e aos contadores do país, que já auxiliam as empresas e vão ser agentes de conformidade no setor privado, o que é fundamental, porque o contador se valoriza, nesse caso, e ajuda nesse processo de implementação da reforma tributária.

Com relação à desoneração da folha, que foi também colocado pelo Senador Izalci, pelo Senador Braga e por outros Senadores, eu tenho defendido, Senador Braga, que nós devemos passar, no próximo Governo, a partir de janeiro do ano que vem, por uma grande reforma ou por um processo de reforma da tributação corporativa, que passa, sim, por desonerar a folha de pagamento, porque, vejam, não só pelas questões nacionais, como o fim da escala 6x1 e agora da nova escala de trabalho no Brasil, por um eventual impacto de adaptação da reforma tributária - que nós vamos acompanhar com cuidado, mas não fechem os olhos para isso -, e pela nova tendência do mundo de ir agregando tecnologia e, em alguns casos, dispensando o trabalho. Então me parece que, do ponto de vista do desenho do estímulo, como disse o Senador Renan Filho, vamos estimular a geração de trabalho. Então, é importante desonerar a folha, agora, sem que isso cause um prejuízo grande para a nossa previdência.

Então, eu acho que, nesse processo de desonerar a folha é atribuir, com total compromisso - já adianto isso - de neutralidade fiscal a essa tributação que hoje incide sobre a folha a outros momentos, seja o faturamento, seja o resultado, agregando outros debates. Então, um debate de mais escadinhas, para garantir proporcionalidade e progressividade na tributação corporativa, é bem-vindo. Hoje a gente tem o Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real. Basicamente, são três modelos. A gente pode ter uma discussão sobre proporcionalidade dentro dos modelos. A gente pode ter uma discussão sobre alíquota efetiva.

Já tive reuniões no ministério, Ministro Renan Filho, em que empresas diziam assim: "Não, imagina só que o meu setor paga 45% de tributo no Brasil ou 34%". Eu digo: olha, eu tenho outra informação da Receita. Você me autoriza a trazer a alíquota efetiva que foi paga pela sua empresa, quando, na verdade, a alíquota efetiva muitas vezes é menor que cinco, menor que dez. Então, trabalhar na lógica da alíquota efetiva traz uma lógica de realidade, de efetividade, que ajuda no debate também. Isso contribui para que a gente tenha... De novo, aqui é discutir o *gap*. Não adianta você ter uma previsão de 45%, 34%, quando, na efetividade, você tem uma arrecadação de 8%, de 10% no efetivo.

A gente fez esse avanço na pessoa física. Então, a pessoa física que ganha acima de 600 mil por mês e, crescentemente, acima de mais de 1,2 milhão por ano...

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone*.) - De 600 mil por ano.

O SR. DARIO CARNEVALLI DURIGAN - Isso, 600 por ano, desculpem, 600 mil por ano, você já tem a lógica da alíquota efetiva. Você vai dizer "não, você tem que pagar um efetivo de 10%", que é menos do que um professor ou um policial paga. Nós podemos, sim, fazer esse debate dentro da tributação corporativa.

Sobre governança dos benefícios fiscais, o Senador Amin saiu, mas a gente aprovou, no ano passado, no fim de 2025, uma revisão de 10%, e a gente já está com a nova governança para avaliar os benefícios tributários. Além do quê, tem uma prática em que eu tenho insistido, que é a seguinte: mesmo na lógica de empresa, as empresas com o tempo vão se habilitando - a gente já tem essa experiência na Zona Franca de Manaus, por exemplo -, as empresas têm que se habilitar com a Receita e dizer: "Ó está aqui, eu estou cumprindo". A Dirbi é uma declaração de benefício fiscal, que nós divulgamos a partir de 2024, 2025, e a gente está dizendo para as empresas: "Gozem o benefício tributário que vocês tenham, dado por lei, mas nos informem como está sendo gozado. Então, qual o fundamento legal? Quanto que você está gozando?". Eu passei por um debate, inclusive foi mais na Câmara, que dizia assim: "Não, esse benefício aqui não tem esse impacto todo que a Receita está projetando". E, como toda projeção da Receita, é um estudo. Então, eu disse: "Vamos eliminar a dúvida. A Receita vai parar de projetar, nós vamos ouvir a empresa, o empresário vai declarar quanto ele está gozando". Em todos os casos, eu diria - o Barreirinhas pode me corrigir -, foi ou a previsão da Receita ou mais o que estava sendo gozado, conforme declarado pelas empresas. Então, não estou dizendo que o trabalho está concluído. O Ministro Vital do Rêgo tem dito que o TCU, ano a ano, tem agregado a este debate. O Congresso, ano a ano, tem também se convencido com lideranças como o Senador Eduardo Braga e o Senador Renan, trazendo essas melhorias. E nós temos que avançar jogando luz para isso.

E, para fechar aqui, para também não tomar muito mais tempo, sobre ajuste fiscal, Senador Alessandro, eu tenho dito que o Governo se comprometeu, quando enviou a LDO, com superávits nos próximos quatro anos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone*.) - Superiores...

O SR. DARIO CARNEVALLI DURIGAN - Superávits em todos os anos e crescentes a partir de 2028. Então, nós temos um superávit previsto de 0,5% para o ano que vem; 1% em 2028; 1,5% em 2029; e assim por diante. Vejam, tem um debate, que, inclusive, foi colocado na eleição, de que deveríamos fazer 2% já em 2027. E, mesmo assim, nada ficou claro. Conforme as negativas do candidato da oposição foram aparecendo, ficou evidente que o único caminho é o de um ajuste gradual, que respeite o gasto social, como disse a Senadora Leany, mas, sem dúvida nenhuma, sem negacionismo, com a necessidade de a gente avançar nessa melhoria das contas públicas. Então, eu aqui faço eco ao que você colocou. Nós temos, sim, esse compromisso crescente, como pontuou o Senador Renan, com melhoria do resultado primário do país. De novo, não é olhar o fiscal pelo fiscal, como um fim em si próprio, mas o fiscal é uma das principais alavancas que nós temos no Governo para baixar a taxa de juros e, com isso, diminuir o endividamento público, estabilizando essa trajetória e mesmo o endividamento privado. Então, nós temos que seguir.

E eu vou contribuir... Não teve ausência do Ministério da Fazenda, o Ministro Bruno Moretti esteve na CMO na semana passada, quando apresentou, inclusive a meu pedido, dentro das diretrizes da política econômica do Governo, um primeiro passo, cuja votação é o que está sendo hoje concluída no Senado. Então, contem comigo. A disciplina fiscal e um compromisso com resultados melhores são também o meu compromisso.

Obrigado, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) - Eu é que agradeço a participação final do Ministro Dario.

Não havendo mais oradores inscritos, encerro a presente sessão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.)